

CADERNOS

N.º 29 - 2015 - Ano XX



Instituto São Tomás de Aquino

Pregação e Homilia

*Fr. Francolino Gonçalves • Fr. José Nunes
Paulo Rocha • Rui Grácio
Fr. Bento Domingues*

CADERNOS

PREGAÇÃO E HOMILIA

A PALAVRA DE DEUS COMO COMUNICAÇÃO	5
<i>Fr. Francolino Gonçalves, op</i>	
MODALIDADES CLÁSSICAS DA PREGAÇÃO COM INCIDÊNCIA ESPECIAL NA HOMILIA	29
<i>Fr. José Nunes, op</i>	
O DIZER NA ARTE DE COMUNICAR	43
<i>Paulo Rocha</i>	
O SILÊNCIO E A PREGAÇÃO	65
<i>Fr. Rui Grácio, op</i>	
A PREGAÇÃO NA TRADIÇÃO DOMINICANA - GRAÇA DA PREGAÇÃO	75
<i>Fr. Bento Domingues, op</i>	

CADERNOS ISTA

Publicação:  - Instituto São Tomás de Aquino
Ordem dos Pregadores - Portugal

Impressão: Indugráfica, Lda. - Fátima

Depósito legal: 101412/96

ISSN: 0873-4585

Direcção: *fr. José Nunes, op*

Pedidos para:

CADERNOS 

Convento de S. Domingos

Rua João de Freitas Branco, n.º 12

1500-359 Lisboa PORTUGAL

E-mail: istaop@gmail.com

Telefone: 217 228 370

<http://www.dominicanos.com.pt>

EDITORIAL

A Ordem dos Pregadores, mais conhecida pelos dominicanos, fundada por S. Domingos de Gusmão em 1216, destina-se à ‘pregação’. No seu último Capítulo Geral electivo (Roma 2010), foi insistentemente pedida «a criação de Escolas ou Centros de pregação» (n.º 170) por todo o mundo e recomendou-se que «em todos os Centros de Formação da Ordem se inclua o estudo de Teologia da Comunicação como preparação para o exercício do ministério da palavra» (n.º 129).

Para dar alguma resposta a esses desafios, os dominicanos portugueses construíram uma espécie de Curso de Comunicação e Pregação, o qual se realizou através de uma série de conferências e foi objecto de uma publicação (n.º 26 da revista *Cadernos ISTA*).

Não se tendo criado propriamente um ‘Escola de Pregação’, esse curso foi entretanto oferecido aos bispos das dioceses de Portugal como possibilidade de alguma formação aos respectivos cleros. E a verdade é que, rapidamente e até agora, cinco dioceses já pediram a nossa colaboração para tal iniciativa, centrada na pregação em geral e na homilia em particular.

Esse é o motivo do aparecimento deste número 29 dos *Cadernos ISTA*: um material de apoio àquele curso e às várias acções de formação do clero nas diferentes dioceses do país. Recuperam-se vários artigos e actualiza-se um texto do n.º 26 da revista, e inclui-se um outro, bem no centro desta temática, aparecido no n.º 24 da mesma revista.

Fr. José Nunes, OP

A PALAVRA DE DEUS COMO COMUNICAÇÃO

INTRODUÇÃO

Antes de entrar no tema específico, «a palavra de Deus como comunicação», parece-me oportuno fazer algumas considerações gerais sobre a palavra de Deus na Bíblia, particularmente no Antigo Testamento.

1. DEUS, O PRINCIPAL LOCUTOR DA BÍBLIA

Do ponto de vista estritamente literário, não há dúvida de que Deus é o protagonista incontestado da biblioteca bíblica. É formalmente sujeito de muitos dos discursos que nela se lêem e, directa ou indirectamente, objecto ou destinatário dos restantes. É um dos narradores bíblicos e, com muito mais frequência, objecto, explícito ou implícito, das narrativas. Restringindo-nos ao Antigo Testamento, Deus toma a palavra repetidamente na maioria dos livros que o formam, com mais frequência nuns do que noutros. Os livros proféticos são, sem dúvida, aqueles que mais claramente se apresentam como palavras de Deus. Formalmente, são colectâneas do que Deus disse ao Seu povo por meio dos titulares dos ditos livros. Com efeito, esses livros declaram com insistência que Deus é o autor do seu conteúdo. Fazem isso por meio de várias expressões que lhes servem de cabeçalho e/ou os balizam. Essas expressões afirmam ou, pelo menos, pressupõem que os livros proféticos são discursos de Deus e, além disso, explicitam que Deus se dirige ao Seu povo por meio dos titulares dos ditos livros. De facto, uma boa parte desses livros é posta, formalmente, na boca de Deus. Correlativamente, os livros proféticos apresentam os seus titulares

como mensageiros de Deus, isto é, como pessoas que Deus enviou com o encargo de transmitir uma mensagem ao Seu povo.

São raros os livros do Antigo Testamento onde Deus parece não abrir a boca ou, pelo menos, não o faz formalmente. Mas existem. É o caso dos livros dos *Provérbios*, *Eclesiastes* e *Cântico dos Cânticos*. O facto deve ser notado, pois, como veremos, ele mostra que Deus fala de mais do que uma maneira. Vários textos do Antigo Testamento afirmam em tom polémico que a fala é um dos traços que distinguem Iavé dos outros deuses (1 R 18,26-29) assim como dos ídolos, que têm boca mas não falam¹.

Segundo o Salmo 22,2-3, o pior que pode acontecer ao orante, no meio da sua provação, é que Deus se cale e não lhe responda:

«2 Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?

As palavras do meu rugir estão longe de me salvar

3 Meu Deus, eu chamo de dia, mas não me respondes,
de noite, e não tenho descanso».

2. A METÁFORA DA PALAVRA DIVINA

É escusado dizer que a noção de palavra de Deus é o fruto de um antropomorfismo. Ao pôr Deus a falar, a Bíblia usa uma metáfora, que tem como referente o ser humano, o único ser falante, no sentido próprio do termo, que o homem conhece pelos sentidos. O recurso às metáforas é o único meio de que dispomos para nos referirmos a Deus, à Sua actividade e aos Seus atributos. Deus criou o ser humano à Sua imagem e o ser humano paga-lhe na mesma moeda. É óbvio que, na Bíblia, Deus fala com palavras humanas, as únicas que sabemos. Todas as palavras de Deus contidas na Bíblia foram concebidas por espíritos humanos, ditas por bocas humanas e escritas por mãos humanas. Só a fé permite reconhecer que a Bíblia é também, e ao mesmo tempo, palavra divina. Para os cristãos, existe uma espécie de sinergia entre Deus e os autores humanos da Bíblia, que é ao mesmo tempo palavra divina e palavra humana ou, dito de outra forma, palavra divina expressa em palavras humanas. Segundo uma lógica que

1 Jr 10,5; Sl 115,5; 135,16.

lhes é familiar, os cristãos vêem na Bíblia a expressão da palavra de Deus que se encarnou em numerosas palavras humanas. No Antigo Testamento, estava já em acção o princípio da encarnação, que teve, finalmente, a plena realização em Jesus Cristo, Palavra (*Logos*) de Deus feita carne (Jo 1,14).

3. OS CORRESPONDENTES DO TERMO «PALAVRA» EM HEBRAICO E EM GREGO

Em hebraico, a acção de falar e o seu resultado expressam-se sobretudo por meio dos grupos léxicos *dābar*, *'āmar* e *mālal*. Os seus correspondentes gregos são geralmente *legô* e, com menos frequência, *laleô*. Tanto os termos hebraicos como os seus correspondentes gregos têm os sentidos de «falar, dizer, proferir, declarar». Nas versões portuguesas da Bíblia, o substantivo «palavra», em relação com Deus, traduz geralmente os termos hebraicos *'imrāh* e sobretudo *dābār* ou os seus correspondentes gregos *logos* e *rhēma*.

4. A PALAVRA CRIADORA

Segundo os contextos, o substantivo *dābār* tem um leque de conotações muito amplo. Parece-me particularmente importante assinalar que o seu sentido não se restringe à esfera do falar, do dizer, da palavra ou do discurso. Designa amiúde “coisas, acções, factos, feitos, acontecimentos”, sendo às vezes difícil distinguir entre os dois campos semânticos. Enquanto que as palavras podem ser verdadeiras ou falsas, os factos são realidades objectivas, constatáveis e inegáveis. A linguística contemporânea fornece dados susceptíveis de aprofundar a compreensão do processo que levou a este alargamento semântico de *dābār*. Com efeito, uma corrente da linguística actual, iniciada por Austin², mostra que a palavra, mesmo na cultura ocidental, não se reduz sempre a um «dizer», mas pode comportar também um «fazer». Com frequência, a linguagem faz advir a realidade que expressa. Os linguistas chamam, por isso, a atenção para o que denominam os «actos de linguagem» e os «enunciados performativos», em contraposição aos simples «enunciados constativos». Longe de serem, como os «enunciados

2 J.L. AUSTIN, *How to Do Things with Words*, Oxford, Oxford University Press, 1962.

constativos», simples declarações, os «enunciados performativos» fazem existir o que significam, criam-no. Por exemplo, quando alguém diz, sinceramente, a outra pessoa que a ofendeu «perdoote», não se limita a fazer uma simples declaração, mas torna efectivo o perdão que a declaração expressa. Cremos que é isso o que acontece com o perdão que Deus nos concede em contexto sacramental. De modo semelhante, quando uma pessoa que está a ser perseguida ou cercada declara «rendo-me», essa declaração, se é verídica, torna efectiva a rendição.

A. A PALAVRA DE DEUS CRIADORA DO COSMOS E DA ORDEM SOCIAL

No caso dos seres humanos, só uma parte ínfima das suas palavras realiza aquilo que significa, esgotando o sentido do termo hebraico *dābār*, palavra e facto ou acontecimento. Pelo contrário, todas as palavras de Deus o fazem, pois todas elas criam de algum modo o que significam. Parafraseando o ditado do avesso, o vento não leva nenhuma das palavras de Deus. No caso de Deus, dizer é sempre fazer de uma maneira ou outra. A primeira intervenção de Deus no relato bíblico está entre os exemplos mais flagrantes e perfeitos da eficácia infalível da palavra divina. Ocorre em Gn 1,3. O texto reza assim: «Deus disse: “Seja a luz” e a luz foi» ou «Deus disse: “Haja luz” e houve luz». Foi dito e feito. Mal Deus acabou de formular a injunção «Seja a luz» ou «haja luz», logo o narrador pôde declarar que, de facto, a luz começou a existir. Há concomitância e simultaneidade entre a palavra de Deus e a sua realização. Dito de outra maneira, Deus cria a luz ordenando a sua existência. Não foi só a luz que Deus criou, assim, com a Sua palavra. O resto do relato sacerdotal da criação, em Gn,1,1-2, 4^a, declara que Deus criou, igualmente com a Sua palavra, os demais elementos do cosmos. Referindo-se à mesma realidade, o Sl 33,6-9 confessa explicitamente outro tanto.

- «v. 6 Pela palavra de lavé (*bid^ebar YHWH*) os céus foram feitos,
E pelo sopro (espírito) da sua boca (de lavé) todo o seu
exército (dos céus).
- v. 7 Ele represa como um açude³ as águas do mar,
põe os oceanos (abismos) em reservatórios.
- v. 8 Que toda a terra tema lavé,
que o temam todos os habitantes do universo,
- v. 9 pois ele disse (*'āmar*) e (a coisa) foi,
ele (a) ordenou e (ela) surgiu.»

B. A PALAVRA DE DEUS CRIADORA DOS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS

A actividade criadora da palavra de Deus não se limita aos elementos do cosmos. Estende-se também aos acontecimentos históricos. De facto, os textos do Antigo Testamento insistem mais na acção criadora da palavra de Deus na história do que no cosmos e na sociedade. A crença na acção criadora da palavra de Deus no campo da história está omnipresente nos livros históricos e nos livros proféticos. Amiúde fica implícita. É o que acontece nos chamados relatos proféticos, uma forma literária que comporta dois elementos essenciais: o anúncio de um acontecimento, feito por Deus mediante uma personagem profética, e a descrição do dito acontecimento, que entretanto se deu; às vezes, a segunda parte do relato limita-se a assinalar que o anúncio se cumpriu. A própria estrutura do relato profético é, assim, expressão da crença na eficácia infalível da palavra de Deus no campo da história.

Documentada também nalguns livros proféticos, esta forma literária é uma das características dos livros de *Samuel* e dos *Reis*. Estes livros empregam-na amiúde sob a sua forma clássica, encontrando-se o anúncio e o seu cumprimento no mesmo relato, do qual formam as duas partes constitutivas⁴. No entanto, o anúncio e o cumprimento estão com frequência separados, encontrando-se em relatos diferentes, umas vezes próximos um do outro, outras vezes mais ou menos distantes, no texto e no tempo. Por

3 LXX, «como um odre».

4 Cf. 2 S 12,14-18^a; 1 R 13,3,5; 17,14-16; 20,35-36; 2 R 4,43-44.

exemplo, a desgraça da família do sacerdote Eli, anunciada por um homem de Deus, em 1 S 2,27-36, realiza-se em 1 R 2,27. A profanação do altar de Betel, anunciada pelo homem de Deus vindo de Judá, em 1 R 13,2, realiza-se em 2 R 23,16. Em geral, existe uma correspondência perfeita entre o anúncio e a realização. Os acontecimentos dão-se exactamente tais como foram anunciados. Os relatos não deixam qualquer dúvida sobre a relação entre os acontecimentos e o seu anúncio. Com efeito, afirmam explicitamente que os acontecimentos se deram em conformidade com o que Deus anunciou ou, precisamente, para realizar o que Deus anunciou. Iavé realiza tudo o que anuncia pelos Seus profetas (1 S 3,19; 2 R 10,10). Correlativamente, Am 3,7 declara que Iavé não faz nada sem o ter anunciado pelos Seus servos os profetas. *Samuel e Reis* apresentam-se, de facto, como uma sucessão de anúncios proféticos e das suas respectivas realizações, que são uns e outras, obra de Iavé.

Embora insistam menos na eficácia infalível da palavra de Deus no campo da história do que os livros de *Samuel e dos Reis*, as *Crónicas* expressam a mesma ideia com igual clareza, se não com mais ainda⁵.

Muitos outros textos do Antigo Testamento, sobretudo dos livros proféticos, afirmam ou pressupõem a eficácia absoluta da palavra de Deus. Is 40-55 é porventura o melhor exemplo desse facto. Os textos mais antigos de Is 40-48 anunciam o regresso dos Judaítas que haviam sido deportados para a Babilónia entre 597 e 580 a.C. Esse regresso tornou-se possível a partir de 538 a.C., graças à reconfiguração do mapa político da região que então ocorreu. Com efeito, em 539 a.C., Ciro, rei dos Persas e dos Medos, entrou na cidade de Babilónia e apoderou-se do império de que ela era a capital, e do qual a Judeia fazia parte. Segundo Is 40-48, esses acontecimentos foram obra de Iavé; foi Ele quem os planeou, anunciou e mandou Ciro para os realizar. Tendo sido o único Deus capaz de fazer isso, Iavé mostrou que é incomparavelmente superior aos outros deuses.

⁵ Cf. 1 Ch 11,1-3; 2 Ch 6,10; 10,15.

A confissão mais incisiva da eficácia, ou da verdade, infalível da palavra de Deus é provavelmente a que se lê em Is 55,10-11, um texto que é ao mesmo tempo a conclusão e um excelente concentrado da segunda parte do livro de Isaías.

- «¹⁰ Como a chuva e a neve descem do céu e para lá não voltam,
mas regam a terra,
a fecundam e a fazem germinar,
de maneira que ela dá a semente ao semeador e o pão
ao que come,
¹¹ o mesmo sucede à palavra que sai da minha boca:
não voltará para mim sem efeito,
mas realiza o que me aprouve,
e tem êxito na missão que lhe confiei.»

Relativamente à eficácia e à verdade, a palavra de Deus é comparável à chuva e à neve. Como a chuva e a neve não podem deixar de regar a terra e de fazer germinar as sementes, assim também a palavra de Deus não pode ficar sem efeito: ela realiza infalivelmente os desígnios de quem a pronuncia.

Diga-se no entanto que não faltam no Antigo Testamento anúncios que não se cumprem ou, pelo menos, não se realizam tais como foram feitos. De facto, a resposta dos destinatários do anúncio pode levar a adiar a execução da decisão divina ou mesmo a anulá-la. O anúncio da destruição de Jerusalém feito por Miqueias (3,12) é um bom exemplo da segunda eventualidade. Longe de ter sido destruída, Jerusalém continuava intacta cerca de um século mais tarde. Segundo o critério formulado pelo Dt 18,21-22, deveria concluir-se que o anúncio feito por Miqueias era falso, isto é, não tinha lavê como autor. Ora Jr 26,16-19 mostra que não foi essa a conclusão que se tirou. Com efeito, esse texto conta que alguns anciãos invocaram, precisamente, o precedente de Miqueias para defender Jeremias, prestes a ser condenado à morte por ter anunciado que, se o povo não se convertesse, lavê destruiria o templo e a cidade de Jerusalém (Jr 26,3-6). Em conformidade com a mensagem de Jeremias, os anciãos concluem que o anúncio de Miqueias era condicional e implicava um apelo à conversão. Se

não se cumpriu, só pode ter sido porque o rei Ezequias e todo o povo de Jerusalém se converteram, levando Iavé a mudar a Sua decisão. É certo que a palavra de Deus não se realizou literalmente, mas nem por isso deixou de ser eficaz. Foi-o de maneira diferente, provocando a conversão e, como consequência, a salvação de Jerusalém. O autor de Jr 26,16-19 convida os seus ouvintes ou os seus leitores a imitar os hierosolimitas do tempo de Miqueias.

I - A PALAVRA DE DEUS COMO COMUNICAÇÃO

1. A PALAVRA DE DEUS É COMUNICAÇÃO

Como já sugeri mais do que uma vez, os discursos divinos que se lêem na Bíblia não são solilóquios. Deus/Iavé não fala consigo próprio. Dirige-se a interlocutores, aos quais se propõe comunicar os Seus desígnios ou a Sua vontade. O falar de Deus é, por conseguinte, um acto de comunicação entre Ele e outrem: pessoas ou coisas encaradas como se fossem pessoas. O leque dos interlocutores de Iavé é variadíssimo. Na esmagadora maioria dos casos, serve-se de intermediários para comunicar com os Seus interlocutores.

2. DEUS DIRIGE-SE AO CAOS E AO COSMOS

Como vimos, os primeiros destinatários da palavra de Deus que aparecem no texto bíblico são os elementos do caos, que Ele transforma, ou eles próprios se transformam, por ordem divina, em elementos do cosmos (Gn 1,3-19). Deus dirige-se igualmente aos elementos do cosmos. Assinalo em particular a bênção que Deus dá à fauna marinha e às aves que criara: «Crescei e multiplicai-vos e enchei as águas do mar e multipliquem-se as aves sobre a terra». A bênção de Deus garante a multiplicação aos animais marinhos e às aves (Gn 1,22). Deus prepara o auge da Sua obra criadora dirigindo-se à corte celeste: «Façamos o Homem à nossa imagem, à nossa semelhança...» (Gn 1,26). Volta-se depois para a humanidade, que entretanto criara à Sua imagem, abençoando-a,

isto é, garantindo-lhe a multiplicação e o domínio sobre as demais criaturas do mundo terrestre (Gn 1,28-31; cf. 9,1).

3. DEUS DIRIGE-SE À HUMANIDADE E, MUITO MAIS AMIÚDE, AO SEU POVO ISRAEL

Os primeiros onze capítulos da Bíblia (Gn 1-11) têm o cosmos e a humanidade como horizonte. É ao cosmos e a toda a humanidade que Deus fala, fazendo-o directamente. A partir de Gn 11, o horizonte do relato afunila-se, progressivamente, no quadro de três gerações. Reduz-se primeiro a Abraão; depois a Isaac, um dos seus filhos; e, finalmente, a Jacob, também chamado Israel, um dos filhos de Isaac. A partir de Gn 11 e até ao fim do Antigo Testamento, são estes os principais destinatários dos discursos divinos, os interlocutores de Deus.

Numa palavra, no Antigo Testamento, Deus dirige-se ao caos, ao cosmos, à humanidade e, sobretudo, ao Seu povo Israel ou aos membros do dito povo, nomeadamente aos chefes. Do ponto de vista histórico, o nome Israel refere-se a diferentes grupos humanos.

Mesmo quando Deus se dirige ao caos ou aos elementos do cosmos, fá-lo, de facto, em função da humanidade e, sobretudo, em função do Seu povo Israel, o Seu verdadeiro interlocutor na lógica do relato do Antigo Testamento. Por exemplo, Deus convoca o céu e a terra para servirem de testemunhas contra o Seu povo em contexto de julgamento. Is 1,2-3 ilustra bem esse facto.

«Escutai, ó céus, e dá ouvidos, ó terra,
pois é lavé quem fala:
“Criei filhos e fi-los crescer,
mas eles revoltaram-se contra mim.
O boi conhece o seu possuidor,
e o jumento, o estábulo do seu dono,
mas Israel não conhece, o meu povo não entende.”»

O Sl 50,4 usa imagens semelhantes no contexto do julgamento divino de Israel.

«Lá do alto, Deus convocará o céu e a terra,
para julgar o seu povo.»

Cito ainda dois textos onde Deus mobiliza os fenómenos naturais para castigar o Seu povo. Começo por Am 7,4-6, o relato da segunda das cinco visões contidas nesse livro.

«4 O Senhor Iavé fez-me ver o seguinte: o Senhor Iavé convocava o fogo para exercer a sua justiça. O fogo, tendo devorado o grande abismo, devorou também os campos. 5 Então eu disse: Senhor Deus, aplaca-te! Como poderá resistir Jacob, sendo ele tão fraco?

6 Iavé arrependeu-se. “Pois também isto não há-de acontecer”, disse o Senhor Iavé.»

Cito, por fim, Ag 1,11, onde Deus declara:

«Convoquei a seca sobre a terra,
sobre as montanhas e sobre o trigo,
sobre o mosto e sobre o azeite
e sobre tudo o que produz o solo;
sobre os seres humanos e sobre os animais
e sobre todo o trabalho das vossas mãos.»

II - MEIOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE IAVÉ E OS SEUS INTERLOCUTORES

1. COMUNICAÇÃO ENTRE DEUS E OS ELEMENTOS CAÓTICOS OU CÓSMICOS.

Como vimos, Deus dá directamente ordens ao caos. Outras vezes ameaça-o. Perante a ameaça de Deus, as águas do mar fogem⁶, o mar seca⁷, o leito do mar e os fundamentos da terra descobrem-se⁸; à vista de Deus, as águas ou o mar tremem e fogem⁹. Deus convoca directamente os elementos da natureza, os quais sempre lhe obedecem prontamente. Em geral, estas afirmações não são objecto de uma encenação simbólica, porventura porque os seus autores viam nelas simples imagens.

6 Is 17,13; Sl 104,7.

7 Is 50,2; Na 1,4 ; Sl 106,9.

8 Sl 18,16 // 2 S 22,16.

9 Sl 77,17; 114,3.5.

2. COMUNICAÇÃO ENTRE DEUS E A HUMANIDADE

Os mitos das origens põem Deus a falar directamente com a humanidade. No entanto, a maioria dos textos bíblicos dizem ou pressupõem que Deus comunica com a humanidade por meio da criação, uma realidade que diz respeito a todos os seres humanos e que está patente a todos eles. Deus criou o cosmos e a humanidade com bondade, com inteligência, com sabedoria, com poder. Ao criar o cosmos e a humanidade, Deus deixou neles as marcas desses Seus atributos. Por meio delas, Deus revela-se a si próprio. Por isso, através delas, os seres humanos têm acesso ao conhecimento de Deus. É caso para dizer: pelo fruto conhece-se a árvore. É claro que esse conhecimento é mediato, indirecto e, por conseguinte, imperfeito.

A Bíblia contém numerosos testemunhos da crença neste modo da comunicação entre Deus e os seres humanos. Os livros sapienciais mais antigos – *Provérbios*, *Job* e *Eclesiastes* – não fazem apelo a outro modo de comunicação entre Deus e os seres humanos ou a outra expressão da palavra divina. Vou citar excertos de alguns Salmos, de teor sapiencial, que me parecem representativos duma religião iaveíta fundada inteiramente na criação. Começo pelo Salmo 19, 2-5.

- «2 Os céus contam a glória de Deus
e o firmamento anuncia a obra das suas mãos.
3. Um dia faz correr para o outro este discurso (*'omer*)
e uma noite dá dele conhecimento à outra noite.
4. Não há discurso (*'omer*) nem palavras (*d^ebārîm*)
onde não se ouça a sua voz.
5. A sua voz¹⁰ estende-se a toda a terra,
e as suas palavras, até aos confins do mundo.»

10 Tradução da LXX e da Vulgata, textos que o Targum (tradução aramaica) e a antiga versão siríaca confirmam. Muitos tradutores seguem o hebraico e, em conformidade com o sentido corrente do substantivo *qaw*, vertem a expressão *qawwâm* por «a sua corda de medir». Outros filólogos pensam que *qaw* também pode significar som (de um instrumento de cordas?), discurso, onomatopeia.

O Salmo 50,6 declara:

«Os céus anunciam a sua justiça,
pois Deus é quem julga.»

O Salmo 97,6 faz outro tanto:

«Os céus anunciam a sua justiça (isto é, a justiça de Deus)
e todos os povos vêem a sua glória.»

Na Epístola aos Romanos, S. Paulo confessa de maneira particularmente incisiva que todo o ser humano tem acesso ao conhecimento de Deus por meio da criação (Rm 1,19-20).

«Porque, o que de Deus se pode conhecer está à vista deles (isto é, dos Gentios), já que Deus lho manifestou. 20 Com efeito, o que é invisível nele – o seu eterno poder e divindade – tornou-se visível à inteligência, desde a criação, nas suas obras.»

Por meio da criação, todos os seres humanos podem ter acesso ao conhecimento da actividade de Deus, a qual o revela. O mundo cósmico e o mundo social são assim portadores de uma mensagem que tem Deus não só como autor, mas também como objecto. A mensagem de Deus dirige-se a todos os seres humanos, sem distinção. Todos eles podem, e devem, tomar conhecimento dela, observando o cosmos e a humanidade. Numa palavra, todos os seres humanos podem conhecer Deus pela natureza e pela cultura.

Repare-se que os textos bíblicos não se referem às chamadas provas filosóficas da existência de Deus. Para os autores bíblicos, como para todos os seus contemporâneos do antigo Próximo Oriente, a existência dos deuses era uma evidência, um dado inquestionável, tão óbvio como a existência do próprio mundo, particularmente dos seres humanos, das normas que regem a conduta moral e das instituições sociais que enquadram a vida, nomeadamente a religião. Para eles, nada disso poderia existir sem um criador do mundo, da sua ordem e das normas que o governam. O ateísmo estava praticamente fora do horizonte das sociedades antigas, concretamente, das sociedades do Próximo Oriente. A questão que se punha aos seres humanos não era saber se os

deuses existem ou não, mas, sim, saber a qual deus ou a quais deuses se devia prestar culto, segundo as circunstâncias. Havia, de facto, especialidades entre os deuses, como existem entre os santos na função de intercessores, pelo menos, para a piedade católica popular.

Segundo uma parte importante da Bíblia, Antigo e Novo Testamento, a observação dos comportamentos humanos e dos fenómenos naturais permite não só conhecer Deus com as Suas características, mas também induzir as normas de conduta que Ele estabeleceu para reger a vida humana, colectiva e privada. A constatação de que tal ou tal comportamento tem habitualmente consequências felizes ou infelizes leva a formular normas de conduta fundadas numa espécie de lei natural, que faz parte da própria criação. A ordem ética ou moral imita assim a ordem do mundo estabelecida por Iavé pela criação. As normas éticas ou morais são, ao mesmo tempo, as conclusões da observação humana e as expressões dos desígnios do Criador. Mais exactamente, por meio das suas observações, os seres humanos têm acesso ao conhecimento dos desígnios do Criador, que estão inscritos na criação. As normas morais são universais, válidas para todos e conhecidas por todos os seres humanos. Por isso, elas são a bitola com que Iavé mede os comportamentos de todos os seres humanos e de todos os povos.

É esta forma cósmica e, por conseguinte, universalista da religião iaveísta que se expressa não só nos livros sapienciais mais antigos, mas também nas partes mais antigas de vários livros proféticos: *Amós, Isaías 1-39, Miqueias e Sofonias*¹¹.

3. COMUNICAÇÃO ENTRE DEUS E ISRAEL

No Antigo Testamento, o interlocutor de Deus privilegiado e, por conseguinte, o mais frequente não é a humanidade em geral, mas sim Israel, apresentado como sendo o Seu povo. Os meios de que Deus se serve para esta comunicação particular são também os mais variados. Iavé fala a Israel por meio de acções, isto é, por

11 Francolino J. GONÇALVES, «Iavé, Deus de Justiça e de Bênção, Deus de Amor e de Salvação», *Cadernos ISTA 22* (2009) 114-134 (107-152).

meio dos acontecimentos que constituem a história da relação entre ambos. Com efeito, como vimos, esses acontecimentos são obra de Iavé. O mesmo Iavé revela, por palavras, o sentido e o alcance desses acontecimentos. Às vezes, Iavé dirige-se directamente ao destinatário do discurso, o Seu verdadeiro interlocutor. No entanto, na maioria esmagadora dos casos, Deus dirige-se ao Seu interlocutor de maneira mediata, servindo-se de um intermediário.

Dito de outra maneira, a comunicação entre Deus e Israel, no Antigo Testamento, está dominada por aquilo que podemos chamar o modelo profético. No seu sentido estrito, entende-se geralmente por profecia a revelação que uma pessoa humana – um homem ou uma mulher – recebe imediatamente de uma divindade num acto de cognição (visão, audição, sonho, êxtase), com a missão expressa de a transmitir a outra pessoa humana, individual ou colectiva – o seu destinatário –, por meio de um discurso, de uma acção ou de ambos.

Puramente descritiva, esta definição da profecia tem claramente como referente o profetismo bíblico, mas aplica-se bem aos fenómenos similares que existiram entre os povos semitas do Próximo Oriente. O mais antigo que se conhece é o chamado profetismo de Mari, um reino da Síria. A documentação pertinente situa-se entre 1775 e 1761 a.C., isto é, cerca de mil anos antes dos primeiros profetas bíblicos datáveis com uma certeza razoável. Apesar desta grande distância cronológica, o profetismo de Mari é o que apresenta mais semelhanças com o profetismo bíblico, tanto do ponto de vista da forma como do ponto de vista do conteúdo. É também aquele que está melhor documentado¹².

No contexto bíblico, o modelo profético foi aplicado a Moisés, que é, na forma final do Antigo Testamento, o instrumento da revelação de Iavé por excelência, para não dizer o único. Com efeito, Moisés foi não só assimilado aos profetas, mas foi também promovido à função de medida dos profetas (Dt 18,15-18) e até a muito mais do que um profeta, gozando de um contacto com Iavé

12 Francisco CAMELO, *A linguagem profética na Mesopotâmia (Mari e Assíria)*, Cascais, 2002, pp. 45- 179.

muito mais íntimo do que qualquer profeta (Ex 33,11; Nm 12, 6-8) e de um poder excepcional (Dt 34, 10-12; cf. Os 12,14)¹³.

Segundo o modelo profético, Deus revela-se por meio de intermediários. Por isso, existem dois patamares ou duas etapas no processo da comunicação da palavra de Deus ao Seu povo. A primeira etapa consiste na comunicação imediata que Deus faz ao intermediário de que se serve para se dirigir ao Seu interlocutor, o povo, ou o Seu chefe (rei). A segunda etapa consiste na transmissão da palavra de Deus que o intermediário faz ao seu destinatário.

4. COMUNICAÇÃO DA PALAVRA DE DEUS AO INTERMEDIÁRIO

Uma das expressões da comunicação entre Deus e os profetas é a chamada fórmula do acontecimento, ou da recepção, da palavra de Deus. Fazendo abstracção das diferenças de pormenor, a fórmula resume-se na afirmação seguinte: «A palavra de lavé veio a» ou «foi dirigida a...», seguindo-se o nome da pessoa de que lavé se serve para comunicar com os Seus interlocutores, o Seu povo ou os chefes em particular. Esta fórmula faz parte do cabeçalho de mais de dois terços dos livros proféticos (*Jeremias, Ezequiel, Oseias, Joel, Jonas, Miqueias, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias*). Lê-se também no corpo dos livros proféticos, sobretudo em *Jeremias, Ezequiel, Ageu e Zacarias*. Esta fórmula não diz nada sobre as circunstâncias nas quais lavé se revelou aos titulares dos livros proféticos. Pelo contrário, os cabeçalhos dos restantes livros proféticos informam que eles são o fruto das visões que os seus titulares tiveram (*Isaías, Amós, Abdias, Naúm e Habacuc*). Embora os textos não o digam explicitamente, a causa e a origem das visões só pode ser o próprio lavé.

Segundo Nm 12,6-8, lavé serve-se da visão e do sonho para falar aos profetas.

«6 (lavé) disse: Ouvi, pois, as minhas palavras:
se há entre vós um profeta,
é em visão (*bammar'āh*) que me revelo a ele,
é em sonho (*bah'lôm*) que lhe falo.

13 Francolino J. GONÇALVES, «Concepção deuteronomista dos profetas», *Didaskalia* 33 (2003) 73-96.

- 7 Não é assim com o meu servo Moisés,
a quem toda a minha casa está confiada.
8 Falo-lhe face a face (literalmente: “boca a boca”),
À vista e não por enigmas,
e ele contempla a forma (semelhança, imagem) de Iavé.»

Nm 12,6 não é o único texto do Antigo Testamento que considera o sonho como um dos meios lícitos para consultar Iavé (1 S 28,6). Diga-se no entanto que há também no Antigo Testamento várias expressões de pouco apreço pelo sonho como meio de revelação divina (Dt 13,2) e até de profunda desconfiança em relação a ele¹⁴. A visão parece ser digna de mais crédito. O Antigo Testamento usa dois grupos léxicos para expressar a visão no contexto da revelação divina: o radical *rā'āh* está sempre em contexto favorável; o radical *hāzāh* encontra-se ora em contexto favorável, ora em contexto desfavorável. Os relatos de visão são frequentes nos livros proféticos: *Amós*, *Isaías*, *Jeremias*, *Ezequiel*, *Zacarias*. Usam sempre o radical *rā'āh*. Pelo contrário, no cabeçalho dos livros proféticos, a visão expressa-se sempre com o radical *hāzāh*.

Tais como as relatam os livros proféticos, as visões são experiências audiovisuais. Comportam amiúde um diálogo entre Deus e o vidente: Deus explica ao vidente o sentido do que vê ou, mais precisamente, do que o próprio Deus lhe mostra; manda-lhe fazer tal ou tal ação. Parecem-me particularmente significativas as visões que servem de quadro ao envio dos titulares dos livros proféticos. É o caso do envio de Isaías (Is 6,1-9) e de Ezequiel (Ez 1,3-3,11). É provavelmente também o caso do envio de Jeremias (Jr 1,4-10). É no contexto dessas visões que Iavé constitui os titulares dos respectivos livros como Seus mensageiros ou Seus porta-vozes¹⁵. Is 6,1-9 é um excelente exemplo desse gênero literário. É provavelmente o mais antigo que se conhece na Bíblia. É, ao mesmo tempo, bastante desenvolvido e muito sucinto.

14 Jr 23,25-32; 27,9; 29,8.

15 O outro relato de envio «profético» lê-se em Am 7,15.

«1 No ano da morte do rei Ozias, vi o Senhor sentado num trono alto e elevado. A cauda do seu manto enchia o santuário (*heykal*). 2 Acima dele, em pé, estavam os serafins, cada um com seis asas: com duas cobriam o rosto, com duas cobriam os pés¹⁶ e com duas voavam.

- 3 Clamavam uns para os outros e diziam:
“santo, santo, santo é Iavé dos Exércitos;
a sua glória enche toda a terra”.
- 4 À voz do seu clamor os gonzos das portas tremeram e o templo encheu-se de fumo.
- 5 Então disse: “Ai de mim! Estou perdido, porque sou um homem de lábios impuros e habito no meio de um povo de lábios impuros, porque vi com os meus olhos o rei Iavé dos Exércitos”.
- 6 Um dos serafins voou para mim, trazendo na mão uma brasa, que tinha tirado do altar com uma tenaz.
- 7 Tocou na minha boca e disse:
“Eis que isto tocou os teus lábios;
foi afastada a tua iniquidade e expiado o teu pecado!”
- 8 Então ouvi a voz do Senhor que dizia:
“Quem enviarei? E quem irá por nós?”
Eu respondi: “Eis-me aqui, envia-me.”
- «9 E disse: “vai dizer a esse povo:
‘Escutai bem, mas não compreendais;
olhai bem, mas não saibais (nada) ...’»¹⁷

O conselho divino, ao qual Isaías assiste em visão, procura um voluntário para lhe confiar uma missão. O Senhor pergunta: «Quem enviarei? Quem irá por nós?» Isaías propõe-se como voluntário: «Eis-me aqui, envia-me.» Aceitando a proposta de Isaías, o Senhor

16 Provavelmente um eufemismo para designar o sexo.

17 Texto grego (LXX): «9 E disse: “Vai dizer a esse povo: ‘escutareis bem, mas sem que compreendais; olhareis bem, mas sem que nada saibais...’”».

constitui-o Seu mensageiro: «vai dizer a esse povo...». Segue a mensagem do Senhor que Isaías deve transmitir ao povo (Is 6,8-9). Estruturado pelos verbos «enviar, ir e dizer», o relato tem a sua conclusão no discurso do Senhor que Isaías recebe a missão de transmitir ao povo. Os outros três relatos de envio «profético» têm a mesma conclusão (Jr 1, 7; Ez 2,3-4 ; 3,4-11 ; Am 7,15). No relato do envio de Jeremias, Iavé insiste, ao mesmo tempo, no carácter irrecusável da ordem que ele dá de transmitir a Sua mensagem (cf. também Am 3,8) e na exactidão que deve marcar essa transmissão. «Mas Iavé disse-me: Não digas: “Sou um moço!” Porque a todos aqueles a quem¹⁸ eu te enviar irás. E tudo o que eu te ordenar dirás.» (Jr 1,7)¹⁹. Estes relatos fundamentam, ao mesmo tempo, o papel de mensageiros de Iavé que os livros proféticos atribuem aos seus titulares e a origem divina da sua mensagem.

5. COMUNICAÇÃO DA PALAVRA DE DEUS AOS SEUS DESTINATÁRIOS

Para transmitir a palavra de Deus aos Seus destinatários, os profetas tomaram como modelo várias funções sociais, adaptando-as.

A. O PROFETA MENSAGEIRO DE IAVÉ

Os profetas começam normalmente os seus discursos da seguinte maneira: *koh 'āmar YHWH* («assim diz Iavé» ou «assim fala Iavé»). É a expressão que se lê com mais frequência nos livros proféticos e a locução profética por excelência. Por exemplo, os 7 oráculos de Am 1-2 começam com ela, sem a mínima variação. A proposição «assim fala fulano» ou «assim diz fulano» é o elemento característico da mensagem. Indica que o discurso introduzido deste modo é uma mensagem e identifica, ao mesmo tempo, o seu autor e expedidor. Começando o discurso com a expressão «Assim diz/fala Iavé», o profeta apresenta-se como o mensageiro de Iavé. Informa os ouvintes que o discurso que lhes dirige não é da sua autoria nem da sua responsabilidade; tem Iavé como autor. O profeta é simples

18 Texto grego. No texto hebraico, pode hesitar-se entre o sentido pessoal (“a todos aqueles a quem”) e o sentido local (a todos os lugares aonde”).

19 Cf. também Jr 26,2.8 ; Dt 18,18.20.

portador do discurso, limitando-se a transmitir aos seus ouvintes a palavra que o próprio Iavé lhes dirige.

Esta apresentação do profeta como mensageiro de Iavé imita a prática diplomática de então. Era uso corrente os reis enviarem mensageiros e mensagens uns aos outros. Do mesmo modo, os reis comunicavam com os seus altos funcionários mediante mensageiros e vice-versa. É sobretudo segundo este modelo que os homens bíblicos concebem a comunicação entre Iavé e o Seu povo ou, particularmente, os chefes do dito povo.

Os profetas bíblicos não foram os primeiros que se apresentaram como mensageiros de que a divindade se serve para se dirigir aos chefes do povo. Os agentes da revelação divina em Mari faziam outro tanto cerca de mil anos antes dos profetas bíblicos mais antigos²⁰.

B. O PROFETA ARAUTO DE IAVÉ

Há discursos proféticos que começam com a seguinte ordem: «Escutai!» É, por exemplo, o caso de Am 3,1-2.13-16 e 4,1-3. Essa ordem é característica do discurso do arauto. Este chegava à praça da cidade ou do povoado e fazia uma proclamação de interesse público em nome do rei ou de outra autoridade. O arauto e a sua proclamação eram de algum modo variantes do mensageiro e da sua mensagem. Na origem, os destinatários eram diferentes: enquanto o mensageiro se dirigia a um indivíduo, o arauto dirigia-se à população de uma cidade ou de um povoado em geral, para a informar sobre uma decisão ou um perigo e para a instruir sobre o que devia fazer. De facto, as proclamações públicas de Am 3,1-2.13-16 e 4,1-3, têm uma forma literária semelhante à das mensagens de Am 1-2. Trata-se, nos dois casos, de anúncios de infortúnio motivados.

C. O PROFETA CARPIDOR

Entre os oráculos proféticos, sobretudo dos séculos VIII-VII a.C., existe uma variante da forma literária do anúncio de infortúnio

20 Francisco CAMELO (*supra*, n. 12).

motivado cuja marca é o facto de começar com a interjeição *hôy*²¹. A dita interjeição faz parte dos ritos fúnebres, onde é seguida pela menção do finado, designado por um nome que expressa a sua relação com quem solta o *hôy*. As traduções portuguesas da Bíblia vertem regularmente *hôy*, nesse contexto, por «ai»: «Ai, meu irmão! Ai, minha irmã! Ai, senhor! Ai, majestade!» (Jr 22,18)²². Esta versão é perfeita. De facto, o *hôy* corresponde, tanto do ponto de vista sintáctico como semântico, ao «ai!» das expressões «ai, meu pai/paizinho!», «ai, minha mãe/mãezinha!» e outras semelhantes que ouvi nos funerais no Nordeste trasmontano da minha infância. Pelo contrário, fora do contexto explicitamente fúnebre, as traduções portuguesas da Bíblia vertem regularmente o *hôy* não por «ai!» mas por «ai de...!» Essa versão é certamente correcta nos quatro textos onde a interjeição é regida por uma das preposições 'èl, 'al ou l^e-. Com uma construção sintáctica idêntica à da interjeição 'ôy l^e- («ai de...!»)²³, *hôy* 'èl, 'al ou l^e- desempenha, de facto, a mesma função²⁴. Não pode dizer-se outro tanto quando o *hôy* introduz os oráculos de que falamos. Nesse contexto, como nos contextos explicitamente fúnebres, o *hôy* não está regido por nenhuma preposição. Por isso não há razão para supor que o seu sentido é diferente nos dois casos.

Por outras palavras, tudo indica que os profetas se serviram deliberadamente do «ai!» fúnebre para começar muitos dos seus oráculos. Ora, os ditos oráculos referem-se não a mortos, mas a vivos. Em vez de celebrar os feitos do defunto, como fazia a elegia fúnebre (2 S 1,17-27), a sua imitação profética denuncia os crimes dos vivos que toma como alvos. Começando com a interjeição «ai!», o profeta imita de antemão o enterro da pessoa, individual ou colectiva, visada pelo oráculo. É como se ela já estivesse morta e fosse a enterrar. Estando viva e, em geral, em

21 Am 5,18-20; 6, 1-7; Is 5,8-10.11-13.18-19.20.21.22.23; 10,1-4. 5-15; 28,1; 29,1-4.15-17; 30,1-5; 31,1-3; 33,1; Mq 2,1-5; Sf 2,5-7; 3,1-4; Jr 22,13-19; 23,1-4; Na 3,1-7; Hab 2,6-8. 9-11. 12-14.15-18.19-20; Za 11,17.

22 Cf. 1 R 13,30; Jr 34,5 e Am5,16.

23 Cf., por exemplo, Is 6,5.

24 Jr 48,1; 50,27; Ez 13,3.18.

plena prosperidade, a representação antecipada do seu enterro é o pior dos anúncios que podia imaginar-se. Tendo a caução de lavé, esse anúncio não podia deixar de se realizar. As formas mais simples, e provavelmente também as mais antigas, deste tipo de oráculo não comportam o anúncio de qualquer outro infortúnio, que só pode ser necessariamente menor²⁵. No entanto, a maioria dos oráculos deste tipo anuncia também outros infortúnios, talvez como resultado da sua assimilação às outras formas do anúncio de desgraça.

D. O PROFETA ENCENADOR DA PALAVRA DE DEUS

Ao soltar a interjeição «ai!» o profeta representava, de antemão, os ritos do enterro das pessoas de quem falava. Fazia assim uma acção simbólica. A representação do enterro não é o único género de acções simbólicas atribuídas aos profetas. Os livros dos Reis atribuem acções deste tipo a personagens proféticas (cf. 1 R 11,29-31). Vários livros proféticos relatam uma grande variedade de acções simbólicas de que os seus titulares são os protagonistas. As acções simbólicas são particularmente frequentes nos livros de Jeremias²⁶ e de Ezequiel²⁷, mas encontram-se também nos livros de Isaías²⁸, Oseias²⁹ e Zacarias (Za 6,9-15). Embora sejam muito variadas, essas representações são geralmente surpreendentes, muitas vezes provocadoras ou até chocantes.

A título de exemplo, cito o quebrar de uma bilha atribuída a Jeremias (Jr 19,1-2^a.10-11^a). Tem a vantagem de ser uma acção simples, cujo sentido é límpido³⁰.

«1 Assim fala lavé (a Jeremias): “Vai e compra uma bilha de oleiro. (Leva contigo) anciãos do povo e anciãos dos sacerdotes, 2 e sai em direcção ao vale de Ben-Hinom, que está à entrada da

25 Cf., por exemplo, Is 5,18-19.20.21.22-23.

26 Jr 13,1-11;19,1-2.10-11; 27,2-3; 28,10-11; 32,6-15; 43,8-10; 51,59-64.

27 Ez 4,1-3.4-8.9-12; 5,1-4; 12,3-7.17-20; 21,11-12; 24,15-24; 37,15-22.

28 Is 8,1-4; 20,1-6; 30,6-8; cf. 7,14.

29 Os 1,2-8; 3,1-4.

30 Tradução do texto hebraico. O texto grego é um pouco diferente, mas o sentido geral é o mesmo.

porta dos Cacos (...) 10 Quebrará a bilha diante dos olhos dos homens que foram contigo 11 e lhes dirás: ‘Assim fala Iavé dos Exércitos: Vou quebrar este povo e esta cidade como se quebra um vaso de oleiro, que não pode mais ser consertado ...’».

É claro que o autor deste texto não está muito interessado na sobriedade. De facto, o essencial da sua mensagem consiste em anunciar a ruína do povo e da cidade de Jerusalém. Por isso, poderia ter-se limitado a pôr na boca de Iavé a seguinte afirmação: «destruirei irremediavelmente o povo e Jerusalém». Se fazia questão de comparar o destino do povo e de Jerusalém ao de uma bilha que se parte, podia tê-lo feito só por palavras, sem quebrar efectivamente a bilha. O autor do texto quis claramente dramatizar o anúncio da ruína do povo e de Jerusalém, comparada ao quebrar de uma bilha. Para isso, encenou o termo de comparação. Começou pela compra da bilha. Embora o texto não o explicita, a bilha devia ser nova, o que torna o quebrá-la um acto insólito e surpreendente. Com efeito, normalmente, ninguém quebrava adrede uma bilha nova. Jeremias convocou o que havia de mais respeitável em Jerusalém, anciãos do povo e anciãos dos sacerdotes, para serem testemunhas da sua extravagância. Dirigiu-se com eles para os lados da porta dos Cacos, talvez assim chamada por se encontrar perto duma lixeira pública, para onde se atiravam os vasos de barro partidos. Aí, Jeremias quebrou ostensivamente a bilha perante os anciãos do povo e os anciãos dos sacerdotes. Finalmente, explicou o sentido dessa acção. «Assim fala Iavé dos Exércitos: “Vou quebrar este povo e esta cidade como se quebra um vaso de oleiro, que não pode mais ser consertado ...”».

A encenação do quebrar de uma bilha nova destina-se a dramatizar o anúncio da ruína do povo e de Jerusalém, a realçar a gravidade e a iminência desse infortúnio. No contexto do livro, ela sugere porventura também a urgência da aceitação da mensagem de Jeremias por parte dos hierosolimitas, tida como a única maneira de evitar a desgraça.

A Bíblia e o mundo hebraico não têm o monopólio da dramatização das mensagens proféticas. Está igualmente documentada num texto de Mari, na Síria, cerca de mil anos antes. Resumo o episódio.

Um extático³¹ do deus Dagan reclama a Yaqqîm-Addu, governador do distrito de Sagarâtum, um cordeiro pertencente ao rei, Zimri-Lîm, explicitando que é para o comer. Acedendo às exigências do extático, Yaqqîm-Addu dá-lhe um cordeiro. Então o extático come-o cru diante da Porta da Cidade, isto é, na praça pública. Depois, reúne no mesmo local os anciãos e revela-lhes o sentido da sua acção, anunciando-lhes que vai haver uma mortandade do gado ou dos próprios seres humanos, vítimas da peste ou da guerra³².

CONCLUSÕES

1. Segundo o Antigo Testamento, a palavra de Deus é criadora. Cumpre-se tanto no mundo da natureza como no âmbito da história.
2. Deus dirige-se aos elementos do caos e do cosmos, à humanidade e a «Israel», o Seu povo.
3. Deus dirige-se directamente aos elementos do caos e do cosmos. Faz outro tanto em relação à humanidade, mas unicamente no contexto dos mitos das origens.
4. Pelo contrário, Deus dirige-se de maneira mediata à humanidade e, sobretudo a Israel, os Seus principais, para não dizer os Seus verdadeiros, interlocutores.
5. Deus dirige-se a toda a humanidade por meio da Sua obra criadora, tanto a natureza como a ordem social. O mundo cósmico e o mundo social são portadores de uma mensagem que tem Deus como autor e como principal objecto. Essa revelação de Deus tem como destinatários todos os seres humanos. Todos eles a podem, e devem, conhecer mediante a observação do cosmos e da humanidade. Todos eles são igualmente convidados a conformar as suas vidas com as normas reveladas por Deus na criação.

31 Uma das classes de especialistas da comunicação entre os deuses e os seres humanos em Mari.

32 Francisco CARAMELO (*supra*, n. 12), pp. 68-69.

6. Em geral, Deus comunica com «Israel», o Seu povo, mediante intermediários humanos. É o que poderia chamar-se o modelo profético da revelação divina. Esta concepção da revelação implica um processo na comunicação entre Deus e o Seu interlocutor, comportando duas etapas. Deus revela os Seus desígnios a determinadas pessoas e encarrega-as de os transmitir aos chefes ou ao conjunto do povo. Deus serve-se de vários meios para comunicar com os Seus mediadores. A visão parece ser o meio preferido. Para transmitir a revelação de Deus aos Seus destinatários, os profetas tomaram como modelo várias funções sociais: mensageiro, arauto, carpidor, dramaturgo.

MODALIDADES CLÁSSICAS DA PREGAÇÃO COM INCIDÊNCIA PARTICULAR NA HOMILIA

José Nunes

A partir da grande intuição da eclesiologia conciliar na consideração da Igreja como povo de Deus, devemos destacar a sua tarefa ou missão evangelizadora no mundo, na história dos homens. É, no fundo, a consideração de um dos três grandes sectores da pastoral: a pastoral profética, da palavra, da evangelização, ou ainda, a *pregação*¹.

Segundo J. Ramos, e cremos que muito acertadamente referindo-se à afirmação de J. Paulo II na *Redemptoris Missio* n° 33, podemos dizer que toda a humanidade é destinatária do processo evangelizador, embora especificidades próprias permitam considerar três grupos distintos²:

- comunidades cristãs com estruturas eclesiais adequadas, onde se justifica o aprofundamento da fé e o necessário despertar para a missão universal;
- grupos inteiros de baptizados que perderam o sentido vivo da fé ou já não se reconhecem como membros da Igreja, levando uma vida à margem de Cristo e do seu Evangelho. Necessitam de uma Nova Evangelização;

1 Propõem-se aqui três obras de referência para o tema: J. Ramos, *Teologia Pastoral*, o.c., nos capítulos sobre a «tarefa de evangelização da igreja» e sobre a «acção missionária»; *Teologia para o Cristão de Hoje* vol. 10, “Vivência Cristã”, Inst. Dioc. Superior Würzburg, ed. Loyola, S. Paulo 1981, pp. 68-89; M. Szentmártoni, o.c. pp. 29-39.

2 Cfr J. Ramos, o.c., pp.237-238.

- povos, grupos humanos, contextos sócio-culturais onde Cristo e o seu Evangelho não são conhecidos ou faltam comunidades cristãs maduras. É o que consideramos tradicionalmente Missão *ad Gentes*.

Assim sendo, e à luz dos clássicos sectores da pastoral da evangelização – anúncio querigmático, catequese, homilia –, poderíamos dizer que o primeiro grupo de destinatários, ou seja, aqueles que habitualmente se congregam numa comunidade de vida cristã, serão objecto de permanente evangelização pela catequese e pela homilia, enquanto os dois últimos grupos, ou seja, os destinatários da nova evangelização e da missão *ad gentes*, reclamam um anúncio querigmático, um primeiro anúncio de Jesus e do seu Evangelho³. Nesta reflexão, após uma breve consideração do ‘querigma’ e da ‘catequese’, proponho-me destacar a acção homilética.

5.1 O ANÚNCIO QUERIGMÁTICO: PREGAÇÃO SOBRE JESUS COMO MENSAGEM A NÃO-CRISTÃOS E A NÃO-EVANGELIZADOS

Apesar de se distinguirem entre si pelo facto de uns serem baptizados (objecto da ‘nova evangelização’) e outros não o serem (objecto da missão *ad gentes*), ambos os grupos de destinatários do processo evangelizador reclamam características semelhantes e que poderíamos agrupar em quatro pontos:

- a) referência ao negativo – por «negativo» não se entende aqui nada de pejorativo ou avaliação depreciativa. Mas trata-se de recordar, sem ambiguidades, que estamos diante de «não»-cristãos ou de «não»-evangelizados. É essa partícula ‘negativa’ que é evocada em tais evangelizados.
- b) necessidade do «êxodo» – tais destinatários não se encontram nem se aproximam, espontânea e habitualmente, das comunidades cristãs, dos agentes pastorais. São estes, pois, que se devem «deslocar», que têm de «ir», têm de «partir»

3 Cfr J. Nunes, Perspectivas actuais da missão *ad gentes*, in Actas do Simpósio sobre a Missionação, Ed.OMP, Lisboa 2004.

ao encontro dos evangelizandos. Esse «êxodo» pode significar uma saída de um lugar para outro, certamente, por vezes bem perto outras vezes bem longe, mas significa sempre um «sair de si mesmo» para ir ter com outro e entrar em empatia e comunhão com esse «outro».

- c) anúncio explícito de Jesus – uma vez que se trata de pessoas desconhecedores de Jesus e do seu Evangelho, não basta dar um testemunho de vida bonito, altruísta, solidário, humanista. Claro que o testemunho de vida é sempre muito importante e sela um discurso, mas o «dar» Jesus aos evangelizandos é imprescindível, não só para que possam escolher e optar livremente, mas essencialmente para que, optando pelo caminho cristão, se encontrem pessoalmente com o próprio Jesus Cristo.
- d) entrada na comunidade – a finalidade de todo este processo evangelizador é a entrada numa vida eclesial comunitária, onde se aprofunda a fé e vida cristã. Nuns casos, dá-se uma efectiva entrada na Igreja, pelo baptismo; noutros, em que as pessoas já são baptizadas, dá-se um nascer de novo pela entrada numa experiência comunitária bem concreta (e não apenas uma pertença difusa à Igreja).

Além disso, este anúncio querigmático apresenta ainda algumas outras características fundamentais, verdadeiras exigências, sobretudo no modo como há-de ser feito:

- acreditamos que Jesus Cristo é a revelação total e definitiva de Deus e oferece um sentido à existência de todo o homem e do homem todo. Em relação aos não-cristãos (e também aos baptizados muito afastados da vida cristã), a pregação é, em primeiro lugar, um convite a fazer uma caminhada com Jesus – justamente porque é uma oferta de vida ou de sentido para a vida.
- esse convite vai tornar-se, em seguida, um desafio ou provocação. Certamente que a proposta de Jesus significa a realização profunda da natureza humana, mas é também um enorme questionamento das atitudes, costumes e aspirações

passadas. É proposta de uma vida nova que rompe com a vida do «homem velho».

- a característica do discurso missionário é precisamente esta tensão entre o convite e a provocação – a qual apresenta um pressuposto e outras exigências:

= O pressuposto é o de que a Igreja se encontra numa posição minoritária no mundo de hoje, o que levou Paulo VI a declarar até que «o grande drama do nosso tempo é a ruptura entre Evangelho e cultura moderna» (EN 20). Assim, não se identificando com o mundo nem tão pouco entrando em luta com ele, a Igreja há-de sentir-se ao serviço do Homem e do mundo.

= E quanto às exigências de tal atitude e actividade⁴:

- * Distanciamento face à habitual linguagem religiosa. Isto é, é necessário partir da existência concreta dos homens com quem vivemos e não partir de pressupostos bíblicos-teológicos desconhecidos dos destinatários da evangelização.
- * Pregação a partir da experiência da fé – o testemunho e a experiência vital partilhada é que podem atingir profundamente os «ouvintes»; não basta, portanto, um discurso bem elaborado mas superficial, teórico, descomprometido.
- * Compreensão para os problemas dos «ouvintes». É preciso ser verdadeiramente contemporâneo dos seus ouvintes e expressar-se na linguagem dos seus ouvintes. Não apenas «fazer ou viver como eles fazem e vivem» (seria imitação do «mundo») mas perceber, com sensibilidade, os valores das gentes do «mundo», suas aspirações e situações concretas.
- * A finalidade do discurso da missão é a de proporcionar o encontro existencial entre o evangelizando e Jesus Cristo.

4 Embora referindo-se ao conjunto das acções evangelizadoras e não apenas ao «querigma», cfr o excelente material que é apresentado em VV.AA., *Lenguajes y fe – XIX Semana de Estudios del Instituto Superior de Pastoral*, Ed. Verbo Divino, Estella 2008; e também em A. Merano, *A eficácia persuasiva do comunicador*, Ed.Paulinas, Lisboa 2007.

Encontro vital e não apenas adesão a um credo teórico ou sistema ideológico⁵.

5.2 A EVANGELIZAÇÃO DENTRO DA COMUNIDADE PELA CATEQUESE

A catequese é, por assim dizer, o segundo grande sector da pastoral profética. Numa sequência natural, embora nem tudo se passe sempre tão linearmente, a catequese sucederia ao anúncio querigmático: aquele que tem um primeiro encontro com Cristo é desafiado, em seguida, a aprofundá-lo através da catequese.

Catequese é, pois, um ensino, um aprofundamento da fé feito por aqueles que podem já testemunhar da «doutrina»: logo na primeira comunidade cristã, Jerusalém, os discípulos eram assíduos ao «ensino» (catequese) dos apóstolos; e nas comunidades da era apostólica e pós-apostólica sempre existiram os *didaskaloi* (doutores ou catequistas).

Este ensino é uma comunicação-transmissão de fé, de doutrina, um aprofundamento do credo. Daí o nome *catequese*⁶: vem do grego *katechesis*, que significa «fazer ressoar de cima», ou seja, ensino, ensino preferentemente oral e auditivo.

E porque se trata de um aprofundamento progressivo da fé, a catequese deve justamente ser entendida como uma caminhada pedagógica, guardando fidelidade a Deus (verdade proclamada na doutrina) mas também ao Homem (respeito e consideração pela situação vital, existencial e cultural, bem concreta, do catequisando), e tendo como grande objectivo o ajudar à construção de uma coerência entre a fé professada e a vida vivida (o que só será possível através de um assumir profundo e de uma apropriação pessoal da fé recebida e por outros testemunhada).

5 Este aspecto é algo de muito e sucessivamente sublinhado nos documentos preparatórios do Sínodo dos Bispos sobre a Nova Evangelização, a realizar em Outubro de 2012, já sejam os Lineamenta, já seja o Instrumentum Laboris.

6 Sobre este ponto, cfr A. Bolin-F. Gasparini-G. Rocha, *A catequese na vida Igreja*, Paulinas, Lisboa 1996; *Congregação para o Clero, Directório Geral da Catequese*, Gráfica de Coimbra, Coimbra 1998.

- a) Diversidade de modelos e práticas catequéticas – a história da Igreja, particularmente a história da catequese, mostra-nos uma pluralidade impressionantemente rica de formas de fazer a catequese. No fundo, é aquilo a que hoje estamos acostumados a apelidar de «catequese diversificada».

De facto, a catequese foi e pode ser feita individualmente ou em grupo; em transmissão puramente oral ou com recurso a escrita, quadros, catecismos, meios audiovisuais; tendo como destinatários catecúmenos ou baptizados; a crianças, jovens ou adultos; ministrada por bispos, padres, diáconos ou leigos; privilegiando modelos de simples transmissão (métodos dedutivos e linguagem narrativa), de busca e diálogo com a história e a cultura (métodos mais indutivos e linguagem existencial) ou a partir dos sinais litúrgico-sacramentais (itinerário com linguagem simbólica)⁷; etc.

- b) O acto catequético e alguns aspectos pedagógicos – Por «acto catequético» quer significar-se o encontro concreto de catequese (a «aula» de catequese...). Seja qual for o espaço da sua realização, seja qual for a sua duração, um acto catequético tem de ser devida e atempadamente preparado e há-de contemplar estes elementos: a experiência humana (a vida e linguagem dos catequisandos tem de estar sempre presente como pano de fundo de qualquer testemunho de fé), a Palavra de Deus (ela é o centro da mensagem, do anúncio, mais do que ensinamentos morais ou quaisquer outros discursos mais ou menos ideológicos), a (re)expressão da fé (os catequisandos terão sempre a consolidação da aprendizagem através da expressão pessoal e criativa nalguma palavra, desenho, canto, prece, etc).

Além disso, a catequese rege-se por alguns princípios pedagógicos indispensáveis. Consideremos, pelo menos, estes: ensino e vivência da fé – a fé há-se ser testemunhada-transmitida (ela é um dom que precede o acesso de cada um de nós à vida cristã) e tem uma dimensão operativa

⁷ Cfr G. Cavallon, A arte de fazer catequese, Paulistas, Lisboa 1991.

(destina-se a uma vivência, não é passível de um ensino e aprendizagem apenas teóricos); personalização – a catequese, se bem que possa acontecer individualmente ou em grande grupo, é feita, normalmente, em grupo de dimensões humanas, isto é, que permita uma atenção personalizada à situação e caminhada de cada um dos catequisandos; o grupo – relacionado com o ponto anterior, digamos que o grupo da catequese, de dimensões humanas aceitáveis, consitui-se como a oportunidade de experiência comunitária para os catequisandos, verdadeira pedra de toque da vida cristã, já que a fé é comunitária, ser cristão é «ser-com»; catequese por etapas – cada grupo de catequese é provisório e cada catecismo não é mais do que uma etapa no crescimento da fé, razão pela qual a catequese deveria ser marcada por ritmos, por etapas-degraus que se vão ultrapassando e devem até ser objecto de celebração, com algum gesto-sinal, em cada momento importante da caminhada – isto, claro, sem esquecer que o próprio processo global da catequese, na sua totalidade, deve conduzir cada catequisando a ingressar numa vida de participação séria na comunidade, por exemplo com o assumir de algum serviço ou ministério.

5.3 A EVANGELIZAÇÃO DENTRO DA COMUNIDADE PELA HOMILIA

A homilia é a forma clássica da pregação (ou evangelização) depois do querigma e/ou da catequese. A palavra deriva do grego *homilein* que aponta para conversação livre ou colóquio familiar. E, de facto, há um ponto de partida comum entre o pregador e os ouvintes: todos fizeram já a sua experiência de fé. Há então como que uma cumplicidade entre o evangelizador e os «ouvintes», o que faz distinguir este *discurso* daquele que é dirigido aos não-cristãos. A pregação entre fiéis destina-se a estabelecer e aumentar o sentido de comum pertença à mesma fé e à mesma Igreja. Trata, pois, de edificar o corpo de Cristo. Esta pregação promove também uma “reorientação na fé”, isto é, propõe um discernimento profundo sobre as vidas dos ouvintes, a partir da apresentação da pessoa

de Jesus e do seu Evangelho. É um momento de revisão de vida comprometida.

«A homilia, tal como a entendemos hoje, tem um sentido muito concreto: é a pregação que tem lugar dentro da liturgia, e de um modo especial dentro da missa»⁸. E assim sendo, natural se torna aquilo que da homilia se diz em documentos oficiais da Igreja como a *Sacrosanctum Concilium* (nn. 35 e 52) ou a *Evangelii Nuntiandi* (nº 43): ela constitui uma parte do ministério profético, no quadro da acção litúrgica, inspirando-se nos textos bíblicos e proclamada numa permanente atenção à situação dos ouvintes. Do mesmo modo a ela se refere a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, do papa Francisco: «Reveste-se dum valor especial a homilia, derivado do seu contexto eucarístico» (EG nº137); «trata-se de uma pregação no quadro duma celebração litúrgica» (EG nº138).

- a) Géneros da pregação na comunidade⁹ – várias são as possibilidades de forma para um «sermão» na comunidade. E esses tipos de discurso tanto podem aparecer em estado puro como, mais habitualmente, algo combinados entre si. Poderíamos distinguir alguns grandes géneros, não esquecendo a justa advertência que nos aparece na EG nº142: «A pregação puramente moralista ou doutrinadora, e também a que se transforma numa lição de exegese, reduzem a comunicação entre os corações que se verifica na homilia».

= Homilia bíblica – é uma pregação muito comum nos Padres da Igreja, em que muitas das suas homilias eram comentários bíblicos. Esta forma de pregação é muito importante, pois cada vez mais o povo cristão, em geral, se interessa pela leitura bíblica e pelas circunstâncias em que se escreveram as escrituras. Há que evitar, contudo, o biblicismo, que é um comentário técnico e desincarnado dos textos, quase

8 L. Maldonado, *La homilia*, Paulinas, Madrid 1993, p.91. Neste ponto, seguimos de perto esta obra aqui referida, indicando uma outra bem recente e interessante: A. Rocha, *A Homilia no Concílio Vaticano II*, ed. autor, Santarém 2006.

9 Para este ponto, além da obra já referida de L. Maldonado, cfr também F. Guinda, *Homilética*, BAC, Madrid 2003, pp.165-173.

insuportável para os ouvintes/participantes duma assembleia litúrgica. Por isso, dever-se-ia mostrar a luz que se esconde no texto e colocá-la dentro de uma situação central da vida humana.

= Homilia doutrinal – esta pregação destina-se a reinterpretar a nossa fé à luz de novas experiências da mesma, ou dito por outras palavras, a uma compreensão actualizada da doutrina da Igreja configurada essencialmente no credo. A doutrina não é um tesouro que se mantém intacto dentro de uma arca: é algo que deve ser apropriado criativamente por todas as gerações, de todos os tempos, lugares e culturas. Assim, por exemplo, como compreender hoje questões como a «presença real» a «pré-existência do Verbo» o «céu», o «pecado», a «salvação», etc, etc. Por aqui anda o género do sermão doutrinal... mas assim como no sermão bíblico se tem de evitar o biblicismo, aqui também se há-de superar o intelectualismo e ter em atenção as circunstâncias em que é feita esta pregação: as controvérsias teológicas são próprias de salas de conferências ou aulas de teologia, não de assembleias litúrgicas.

= A exortação moral – Este género de pregação convida à organização da vida, ao pensar o agir cristão. O ponto de partida para a pregação moral-exortativa é o comportamento de Jesus, o qual lança desafios concretos a uma conversão do nosso agir. O sermão moral, portanto, não se destina a apaziguar consciências nem a despertar sentimentalismos piedosos: isso é moralismo ou discurso ideológico. É, sim, exortação à conversão de atitudes a partir do comportamento de Jesus.

= Homilia apologética – Não se trata aqui de polemizar com ninguém nem de fazer uma tal defesa da fé que signifique condenação do «mundo»... Mas a verdade é que a fé cristã deve permanentemente esclarecer-se a si mesma, mostrar a sua razoabilidade e, diante do «mundo», apresentar-se credível. *Razão e fé* não deveriam estar de costas voltadas (tema tão querido ao papa Bento XVI) e a acção homilética

deveria contribuir para os cristãos estarem sempre prontos «a dar razões da sua esperança» (IPed.3,15).

= Homilia mistagógica – Basicamente significa fazer a pregação a partir da liturgia, dos símbolos usados nos sacramentos (vela, óleo, água, alianças, sinal da cruz, etc.) ou dos textos do missal (vários tipos de orações, bênçãos, etc.), enfim, pregar o «mistério», a partir de símbolos, e sem o reduzir a uma mera explicação racionalizada... Um bom exemplo desta pregação são as famosas «catequeses mistagógicas» de S.Cirilo de Jerusalém.

- b) A pregação na comunidade em situações especiais – para além dos «géneros de oratória», devemos ainda ter em atenção as situações concretas dos ouvintes, das assembleias em que a pregação é feita. Consideremos alguns casos mais comuns:

= A palavra de ocasião ou em situações especiais¹⁰ – é essencialmente um discurso esclarecedor, explicativo. Diante de um «público» um pouco híbrido e nem sempre muito praticante (os momentos dos baptismos, casamentos ou funerais, festas de religiosidade popular...), há ocasiões propícias para um esclarecimento sereno dos grandes horizontes existenciais que Jesus nos descobre. A linguagem não deve ser nem condenatória nem pode ser de intimidade profunda: é um convite a escutar o que Jesus nos desvenda sobre o mistério da vida-nascimento, do amor-comunhão, do destino do homem que morre, etc.

= A palavra a crianças – com uma linguagem adequada, deve levar-se a criança a três atitudes fundamentais: 1ª) Familiarizar a criança com Jesus, sobretudo através da narração e explicação de passagens bíblico-evangélicas exemplares, caracterizadoras da pessoa de Jesus e cativantes pela bondade que encerram; 2ª) Introduzir a criança na vida da comunidade – trata-se de propor às crianças um espaço comunitário, uma abertura nos horizontes da realidade

10 Cfr um bom material para esta questão em F. Guinda, o.c., pp.198-211.

“família”: a Igreja é família de irmãos, onde há amizade, conhecimento, festa, partilha; 3ª) Estimular as crianças a um seguimento de Jesus – usando sobretudo o diálogo e o exemplo de grandes santos, a criança será levada a gravar na memória *modelos atraentes* do seguimento de Jesus, de comportamentos evangélicos.

= A palavra a jovens – idade de procura de si mesmo e de generosidade e sonhos por um mundo melhor, a juventude pede uma pregação explícita, que lhe desvende um Jesus comprometido a sério com os homens, corajoso, inovador e libertador de situações injustas ou convencionalismos opressores. Simultaneamente, o Evangelho pede uma responsabilização efectiva de cada um, o que é uma outra forma de conduzir os jovens a um amadurecimento adulto.

- c) Outras questões homiléticas – os «manuais» de homilética (ou retórica, ou oratória, ou sermões...) costumam tratar de outros aspectos ligados a esta forma particular de pregação, nomeadamente a importância da *preparação* da homilia e a consideração da *pessoa do pregador*.

Ambos constituem aspectos muito importantes. O primeiro, relativo à preparação, para garantir a seriedade e a utilidade da pregação (leitura atempada dos textos, fase de incubação, fase de iluminação, escrita de tópicos ou de toda a homilia, revisão, avaliação e auscultação de opiniões-comentários); neste particular, o papa Francisco chama a atenção para a importância da familiaridade com a Palavra (EG n.149), a lectio divina (EG n.152), a permanente escuta do povo (EG n.154), o procurar de imagens sugestivas (EG n.157), um discurso simples e claro (EG n.158) e uma linguagem positiva (EG n.159). Quanto ao segundo, para que cada pregador tenha consciência das virtualidades mas também das limitações do seu estilo, das suas opções, das suas ideias, da sua «psicologia»... e saiba fazer potenciar as primeiras e superar as segundas. Estas duas questões, contudo, são um

pouco mais «técnicas», razão pela qual não se desenvolvem mais e apenas se indicam referências bibliográficas¹¹.

5.4 OUTROS ESPAÇOS DE EVANGELIZAÇÃO-PREGAÇÃO

A tarefa evangelizadora da Igreja é algo de muito extenso e abrangente: muitos destinatários, diversas possibilidades de género, variadíssimos contextos em que se desenrola, etc. No nosso meio e no nosso tempo parece legítimo não esquecer, pelo menos, duas outras importantes «realidades de evangelização»:

= A pregação nos Meios de Comunicação social – Dada a importância e influência que hoje têm os M.C.S. nas vidas de todas as sociedades, a pregação evangélica deve também assumir este desafio, este novo «areópago»: com uma linguagem técnica própria (concisa, breve, elaborada...), há que iluminar os acontecimentos da história e as grandes questões em debate com a figura de Jesus e a sua Boa Nova. Sobretudo abrindo horizontes de esperança e testemunhando da existência de «sementes do Verbo» (...sinais dos tempos) diante do mundo mediático que tanto privilegia o apocalíptico...

= Formação teológica de adultos/ensino – É uma tarefa prioritária das comunidades locais, pertencente ao sector da evangelização/pregação, mas de um género bem distinto dos «sermões» das assembleias litúrgicas. Esta função deriva da necessidade de reflexão sobre a fé vivida, de modo a estar apto a, também aqui, «dar razões da fé e da esperança» (1 Ped. 3, 15). Nesse esforço, organizam-se cursos para formar leigos em vista da catequese e da pregação em geral, ainda que outros busquem e procurem de preferência um aprofundamento pessoal da fé.

11 L. Maldonado, o.c., pp.142-144 e 161-175; F. Guinda, o.c.,pp.75-97 e 127-150.

Alguma BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., *A arte de comunicar*, Ed. Paulistas, Lisboa 1992
AA.VV., *Lenguajes y fe*, Verbo Divino, Estella 2008
Aldazábal, J-Roca, J., *A arte da homilia*, Paulinas, Lisboa 2006
Bento XVI, *Verbum Domini*, Ed. Paulus, Lisboa 2010
Campbell, J., *Técnicas de expressão oral*, Ed. Presença, Lisboa 1993
Couto, J., *A arte de dizer*, SDLA, Porto 1991
Demory, B., *Falar e persuadir*, Ed. Inquérito, Lisboa s/d
Francisco, Papa, *Evangelii Gaudium*, Paulinas, Lisboa 2013
Guinda, F., *Homilética*, BAC, Madrid 2003
Lamelas, I., *Santo Agostinho – A Alegria da Palavra*, Tenacitas, Coimbra 2012
Maldonado, L., *La homilia*, Ed. Paulinas, Madrid 1993
Martinez, F., *Teología de la Comunicación*, BAC, Madrid 1994
Martinez, F., *Espiritualidad dominicana*, Edibesa, Madrid 1995
Merino, A., *A eficácia persuasiva do comunicador*, Ed. Paulinas, Lisboa 2007
Monteiro, P., *Pregar o Evangelho*, Ed. Paulinas, Lisboa 2004
Moreira, C., *Comunicação também se aprende*, Ed. Santuário, Aparecida 1989
Santos, J., *Comunicação e sucesso pessoal*, Ed. Via Láctea, Lisboa s/d
Ramos, J., *La pastoral de la palabra*, in *Teología pastoral*, BAC, Madrid 1995, pp. 401-421
Reymond, B., *Homilétique*, in *Int. à la Théologie Pratique*, P.U. Strasbourg 1997, pp.109-123
Rocha, A., *A homilia no Concílio Vaticano II*, Ed. Autor, 2006
Vallejo-Nágera, J.A., *Aprender a hablar en publico hoy*, Ed. Planeta, Barcelona 1990

O DIZER NA ARTE DE COMUNICAR

Paulo Rocha

1. O DIZER

«Dizer tem muito a ver com a arquitetura...»

A afirmação é de um mestre, assim chamado no diálogo corrente: o Mestre Siza Vieira, quando intervinha no colóquio promovido recentemente pelo Secretariado Diocesano da Pastoral da Cultura do Porto sobre «Ver o invisível, dizer o indizível».

Para Siza Vieira, é necessário um trabalho bem mais árduo para «dizer o indizível» do que para «ver o invisível».

«O aprender a dizer é um labor, uma oficina extraordinária de concentração, de treino e tem muito a ver com a arquitetura.»

Imaginemos a criação e elaboração de um edifício, a conjugação de espaços e acessos, a funcionalidade, a rentabilidade e, sobretudo, a arte e a beleza e comparemos todo esse processo ao dizer, nomeadamente ao dizer o indizível, onde muitas vezes nos movemos e onde somos desafiados a presenças com qualidade e com eficácia... E essa tem de ser uma preocupação: comunicar com qualidade e eficácia. Não por qualquer espécie de *ranking* pessoal ou coletivo, antes porque só há essa forma de comunicar. Caso contrário, não existe a comunicação.

Depois, há também que solidificar o compromisso em tornar cada uma das nossas presenças significantes e transformadoras do contexto em que possamos estar inseridos. O que também se consegue com a comunicação, com a capacidade de diálogo, que exige escuta, sem dúvida, mas também a capacidade de acrescentar mensagens relevantes num qualquer processo de partilha de ideias.

Naquele colóquio que referi (realizado em 6 de janeiro, no Auditório de Serralves, no Porto) o escritor e pintor Valter Hugo

Mãe afirmava isso mesmo. Recordo declarações ao Programa Ecclesia: «O que mais me custa é o modo como as pessoas se desintensificam, como elas se tornam capazes de levar adiante uma existência amorfa. Precisamos de intensificar as coisas para que elas signifiquem de facto e nós estejamos numa espécie de ebulição contínua.»

Por outras palavras, temos de deixar o mundo um pouco melhor do que o encontramos. Também pelo que dizemos, pelo que comunicamos.

Mas, para comunicar mensagens relevantes, o centro da questão estará na forma como se diz ou no que se diz?

Claro que a resposta é evidente: os dois aspetos são totalmente necessários ao processo de comunicação, nomeadamente de comunicação do tema religião.

Durante o Congresso Internacional Ordens e Congregações Religiosas, numa das sessões debatia-se a eficácia da comunicação do religioso, nomeadamente através da comunicação social, e os encontros e desencontros que vão existindo. As causas estariam, para uns, nas reservas institucionais diante da ousadia mediática, para outros, no desconhecimento recíproco de linguagens e tempos de intervenção na sociedade.

Foi neste contexto, quando se procuravam soluções para a comunicação, estratégias de boa comunicação, com as ferramentas mais atuais, que se levantou uma voz a desconcertar a quase conclusão do debate: mais do que estratégias ou ferramentas, estão em causa conteúdos. O público «não quer saber» de muitas pregações não tanto pelo «jeito» de pregar, mas porque aquilo que se anuncia pouco diz a quem ouve. Certezas do Prof. Fernando Cristóvão, que tarda em dizer que é padre nos meios académicos em que se move por reccar a ativação de preconceitos que dificultem diálogos e debates literários.

Assim, há que cuidar bem e primeiro o que pregar, o que comunicar, para depois tratar da forma como se comunica e se prega.

Por certo que este curso de comunicação e pregação já tratou de forma cabal a primeira parte, capacitando cada um de vós para a comunicação eficaz, o que facilita em muito a tarefa das ferramentas de comunicação, as linguagens e as atitudes do comunicador.

2. COMUNICAR SEM INSTITUIÇÕES

Já lá vai o tempo em que uns falavam, poucos, e outros, muitos, ouviam. As sociedades da informação em que vivemos oferecem o protagonismo da comunicação a todos, sem classes privilegiadas, sem detentores da verdade, sem moralismos unívocos.

Aconteceu, de facto, uma grande transformação da comunicação que permitiu a sua democratização.

Hoje, não servem formatos de comunicação institucional baseados na publicação ou emissão de mensagens. Modelos de comunicação que alimentavam instituições hierarquicamente formadas – empresariais, associativas e também religiosas – estão num processo de transformação, que não decorre só da evolução tecnológica. Acontece sobretudo porque as próprias instituições se transformam.

Comunicar o religioso, tanto pela pregação como pelo discurso mediático, tem de atender a estas mudanças. E não basta levar por diante alterações instrumentais, das ferramentas da comunicação. Alteram-se sobretudo modelos de participação na emissão e receção de mensagens que mudam hábitos de produção tendencialmente

Média clássicos	Novos média
Profissionais, social e institucionalmente certificados	«Amadores» não certificados
Criação de conteúdos no quadro de organizações institucionalmente hierarquizadas	Produção de conteúdos em modo aberto e com progressivo desenquadramento institucional
Conteúdos intelectualmente protegidos	Diversas formas de propriedade intelectual, com legislação à procura ainda de regulamentação
Conteúdos analógicos, com degradação física	Cópia digital com base em dispositivos tecnológicos
Controlo dos canais de distribuição	Plataformas abertas, não controladas

(António Machucho Rosa, *A comunicação e o fim das instituições: das origens da imprensa aos novos média*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa 2008, p. 165)

unidirecional. Cada vez mais, todos os processos de comunicação acontecem em rede, possível pelo advento e rápido desenvolvimento dos novos média, digitais, económicos, versáteis.

Pensada esta transformação na comunicação do religioso, dir-se-á que o sermão ou a Nota Pastoral está a transformar-se no *post* de qualquer *blogger*, a legitimação doutrinal acontece no debate aberto entre muitas opiniões, travadas no anonimato do mundo digital.

Transparência, simplicidade, publicação livre e imediata, trabalho em rede, horizontalidade, bidireccionalidade, partilha, participação, convergência... são conceitos que caracterizam o modo de comunicar nos areópagos que nos habitam, onde emissor e recetor estão em constante alternância. Entre os dois, faz-se comunidade, estabelecem-se parcerias, dá-se e recebe-se. Estamos em rede...

Participamos neste modelo de comunicação. O púlpito, esse, tende a desaparecer... aliás, as gerações digitais já não o conhecerão mesmo.

Imaginemos dois mundos, dois modelos de comunicação. Não distam muito no tempo, pouco mais de uma geração. Uma, até há uns 15, 20 anos, bebia mensagens e desafios voltada para o púlpito, esse espaço habitado por um comunicador que, por capacidade retórica, convencia e atingia públicos diversificados. E repetiu-se por décadas ou mesmo séculos essa imagem: um comunicador e a multidão para ele voltada.

Agora, cada pessoa escolhe entre uma multidão de comunicadores. A imagem não é a de um púlpito diante do povo, mas a capacidade de exploração de ecrã que cada recetor (quase sempre transformado também em emissor) é capaz de operar. O que significa escolha, participação, rede. É transformação de espaços de comunicação em massa, em grandes assembleias, para a relação direta de um «eu» com um ecrã (do computador, *tablet*, telemóvel, ou mesmo televisão). E é por aí que passam mensagens, que se faz comunicação. Não de uma pessoa para uma multidão, mas de um ecrã para uma pessoa. Que fazem duas «pessoas».

3. RELIGIÃO 2.0

A Web diz-se 2.0. Assim, é necessário, na mesma ordem de ideias, falar em religião 2.0, onde não existe um a comunicar com outros, mas alguns a comunicar entre si.

Neste, como em muitos outros momentos da história da comunicação, sobretudo a partir do decreto *Inter Mirificae* (do Concílio Vaticano II), a Igreja Católica e as estruturas que dinamizam a comunicação e a pastoral da comunicação oferecem da melhor doutrina (não doutrina católica, antes doutrina sobre a comunicação, sobre as regras, a gramática, a lógica da comunicação).

Neste momento, da comunicação 2.0, a mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais de 2009 do Papa Bento XVI constituiu um programa a merecer ser operacionalizado. O Papa pede atenção às comunidades e às redes da «geração digital». É uma «nova cultura da comunicação» de onde derivam «muitos benefícios»: contactos próximos apesar das distâncias físicas, trabalho em equipa, acesso imediato a textos e documentos; «além disso a natureza interativa dos novos média facilita formas mais dinâmicas de aprendizagem e comunicação que contribuem para o progresso social» (Bento XVI, Mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais de 2009).

Esta «arena digital», como lhe chama o Papa, oferece possibilidade de conhecimento, partilha. «As novas tecnologias abriram também a estrada para o diálogo entre pessoas de diferentes países, culturas e religiões», afirma de igual modo Bento XVI.

Um mundo novo onde o Papa desafia os jovens a estarem. «Levem para o mundo digital o testemunho da sua fé» é a proposta que Bento XVI lhes faz, para que possam «introduzir na cultura deste novo ambiente comunicador e informativo os valores sobre os quais assenta» a vida de cada um.

Um desafio que olha para o êxito de grandes projetos de comunicação interativa, que dependem sobretudo de cada utilizador, da capacidade de atrair utilizadores (como é o caso do *Wikipedia*, *Facebook*, *Youtube*). Esses projetos são acima de tudo negócios: tem por objetivo ganhar dinheiro pela conquista de anunciantes

que vão à procura de espaços onde andam muitos utilizadores/consumidores. Eles fixam-se nesses projetos de comunicação precisamente porque são interativos, porque promovem a participação de cada um dos utilizadores.

Claro que estes modelos de comunicação, em franca expansão, não servem para o religioso. O religioso não quer estar nestes espaços para ganhar dinheiro, para conquistar anunciantes.

Jesus Colina, diretor da *Agência Zenit*, numa comunicação durante o Congresso da Imprensa Católica e a sua migração para o digital (Roma, 4-7 de outubro de 2010) apresentava os resultados de vários estudos, nos Estados Unidos e em França, que tentaram perceber os motivos pelos quais as páginas da internet de denominações protestantes conquistavam maior impacto do que as católicas. E todos os estudos que foram consultados por Colina tinham a mesma conclusão: «os católicos falam, os protestantes escutam».

E não faltam exemplos: de bispos, párocos, religiosos, jornalistas católicos que encontram uma super ideia, conseguem financiamentos e rapidamente «montam» televisões na banda larga para difundir a homilia do Bispo, revistas para as reflexões de líderes religiosos ou *blog's* e outras redes para multiplicar cópias de considerações acerca de coisas pouco essenciais.

No entanto, a primeira fase e o segredo do sucesso de qualquer projeto na Web 2.0 é a escuta. Na internet, não é apenas necessário escutar os utilizadores. É sobretudo fundamental fazer com que a audiência participe.

Para Jesus Colina é preciso superar o que chama de «pecado original» no uso das atuais ferramentas de comunicação – o falar muito e escutar pouco na rede – para que a mensagem passe. Para que se criem sintonias entre os membros de uma rede que valorizem o que cada um diz.

Na prática, não basta que um projeto editorial (na imprensa, rádio ou televisão ou na internet, um verdadeiro meio de todos os meios de comunicação social) sirva para divulgar discursos

ou tomadas de posição de quem é responsável, em qualquer estrutura eclesial. Um projeto editorial tem de ser um areópago onde todos se exprimem. E, por isso, todos escutam. Com a exigência de que essa comunidade virtual corresponda ao realismo de uma comunidade eclesial real, participativa, com espaço para as diferentes sensibilidades, com possibilidade de expressão, de opinião.

4. NO MOMENTO DE COMUNICAR...

Em modelos de comunicação em rede, na alternância entre emissores e recetores, acontece o momento da exposição, da possibilidade de dizer, de falar ou escrever. Nesse momento, exige-se qualidade. E são simples as sugestões que oferecem eficácia na transmissão de mensagens e fazem de momentos de comunicação acontecimentos com arte¹.

4.1. MODELOS

O êxito do dizer, em público, é encontrado em diferentes estratégias. Uns investigadores da comunicação acentuam o «modo como se diz», outros «o que se diz».

Os primeiros refugiam-se na forma, na importância da estrutura de uma apresentação, com principal incidência no início e na conclusão, e encontram aí o segredo para um dizer eficaz. Começar confiante e terminar com energia surgem como a chave de uma apresentação com sucesso, que claramente privilegia a exibição, a atitude mental otimista do comunicador.

Por outro lado, há quem acentue o que diz como o essencial no processo de comunicação. Focar-se numa mensagem, encontrar imagens que a ilustrem, acentuar as ideias principais que incluem, repetindo-as mesmo, é a chave do sucesso para a comunicação.

Em apresentações que seguem este modelo, a repetição não é tida como «fastidiosa». Antes a fórmula para a eficácia da comunicação.

1 Cf. Arturo Merayo, *A eficácia persuasiva do comunicador*, Paulinas, Lisboa 2007.

Claro que não se trata de uma repetição completa, antes o retomar de ideias chave, o sintetizar o essencial da mensagem, o adiantar imagens e analogias que traduzem a mensagem.

Entre os modelos de comunicação, há também quem acentue a estrutura da mensagem. Em causa estão modelos de oratória, que se podem esquematizar em cinco etapas:

- . *Atrair* a atenção dos ouvintes, tocando nos seus pontos de interesse;
- . Assim atraídos, adiantam-se os *temas* da comunicação, os desafios propostos;
- . Depois, apresentam-se, de forma prolongada, os *benefícios* das ideias avançadas e dos temas propostos, comprovando-os com *evidências* de dados estatísticos, comparações, testemunhos
- . *Resumir* os temas apresentados e os benefícios que oferecem ao público
- . Solicitar a *ação* ao público.

Entre um dos modelos, é sempre fundamental que a palavra dita seja percebida, atinja os recetores de forma eficaz. Um conjunto de pistas permite-o, seja qual for a acentuação do modelo comunicacional.

4.2 - O DIZER

Arturo Merayo recorda anos da infância para explicar de que forma se comunica de uma maneira clara e eficaz. E lembra os anos da catequese e as indicações que recebeu para fazer – imagine-se – uma boa confissão. Nesses bancos ensinavam a regra dos 4 «cês». A confissão, para ser eficaz, deve ser:

- Clara
- Concisa
- Concreta
- Completa

Conselhos para confissões privadas e também para comunicações públicas. Seguindo-os, sobretudo dizendo de forma clara, fazendo-se entender, a comunicação é eficaz.

Uma imagem ajuda a perceber o que está em causa. Se, numa sociedade, há mais pedreiros do que arquitetos, é melhor falar para os pedreiros, porque também os arquitetos perceberão. Caso se fale para os arquitetos, os pedreiros não irão perceber a comunicação.

O mesmo se diga sobre o tema religião. Mais do que falar para teólogos, é necessário falar para o grupo dos que assistem, dos que «consomem» religião (sacramentos). Essa será a forma de ir além da participação passiva, pelo entendimento da mensagem em causa.

a) Compreender totalmente o que se comunica

No jornalismo, esta é uma exigência particularmente sensível. Porque há assuntos que os jornalistas não dominam por completo e sobre os quais têm de escrever. O jornalismo especializado diminuiu e qualquer elemento de uma redação tem de escrever sobre tudo, também sobre religião.

Entre os teólogos, os líderes de comunidades cristãs, este problema da clareza também se põe. Mesmo que sejam temas muito debatidos e muito falados, os assuntos nem sempre estão claros. E quanto mais misteriosos e mais recorrentes, maior é o perigo de se recorrer a «pré-fabricados teológicos», como lhe chama Frei Bento Domingues. E dá o exemplo, no artigo que escreveu para o *Jornal Público* do dia de Páscoa de 2011 (24 de abril), quando se refere às explicações desse mistério maior para os cristãos:

«Quando me perguntam se acredito na Ressurreição – e isso acontece bastantes vezes – não escondo a minha perplexidade. Ignorando as experiências humanas, o itinerário espiritual e a preocupação donde nasce essa pergunta, nenhuma tentativa de resposta pode fazer grande sentido. Não adianta tentar dar razões da esperança que nos move com pré-fabricados teológicos.»

b) Simplicidade das palavras

O critério é só um: usar palavras conhecidas por todos e com significados semelhantes dados por emissores e recetores (a gravação na RTP dos programas das confissões religiosas são, para muitos que fazem o acolhimento, as «confissões»). E quando há palavras que não são claras para quem ouve, têm de ser explicadas. Assim, siglas, estrangeirismos, neologismos, tecnicismos... tudo deve ser evitado.

c) Explicar as quantidades. Ou sentido das quantidades.

Recordo a este propósito o primeiro programa 70x7. Era um Domingo, Dia Mundial das Missões, em outubro de 1979. António Rego e Manuel Vilas Boas iniciaram o programa a explicar o título. E emitiram conjuntos de respostas de pessoas a quem perguntavam o significado da expressão 70x7. Um polícia, pragmático, imediatamente responde: 490.

Claro que há comunicações em que esta necessidade é particularmente mais evidente, como na informação sobre distâncias, áreas, pesos, etc.

Neste caso é particularmente pertinente o conselho de Voltaire: «convém sempre esforçar-se mais por ser claro e interessante do que exato.»

d) Naturalidade

É condição para discursos claros. Em diálogos com amigos de sempre, companheiros do lado ou em intervenções diante de públicos desconhecidos, não adianta rebuscar palavras, estilos falsamente eloquentes. Porque o perigo de ridicularizar o momento é grande e o de comprometer a comunicação ainda mais.

e) Evitar linguagem tecnocrática

É uma característica que contagia o discurso político, com recurso a eufemismos de forma contínua e à exploração de tecnicismos na linguagem e nas palavras para aí centrar

atenções e não no pensamento que podem traduzir (e que por vezes é vazio).

E inclinação passa para diálogos de todos os dias, quando dizemos, por exemplo «fazer boicote» em vez de «não compro», «flexibilização do quadro de pessoal» em vez de «despedimento», «interrupção voluntária da gravidez» em vez de «aborto». Na comunicação do religioso, a linguagem tecnocrática pode impedir mesmo que a mensagem passe. Por exemplo, dizer «apóstolo dos gentios» nem sempre significará, para todos os ouvintes que se fala de S. Paulo. Dizer, mesmo «Paulo», só, não é também suficiente, em qualquer circunstância para referir S. Paulo. (os diálogos do programa *Ecclesia* sobre os textos da Bíblia estão cheios desses exemplos)

4.3. UMA APRESENTAÇÃO

Na comunicação oral ou escrita, num exame ou num discurso, numa carta ou numa conferência, o emissor tem de construir uma estrutura que lhe permita, em cada circunstância incluir ideias a transmitir de forma eficaz.

E desde as primeiras palavras. Elas são determinantes para ganhar ou perder os ouvintes, mesmo sendo pronunciadas em momentos particularmente tensos para muitos comunicadores, de percepção do público e de adaptação ao ambiente.

a) Evitar palavras rotineiras

É de quase todos os inícios de conferências a reserva dos primeiros momentos para palavras convencionais. Como estas:

«Antes de começar a falar da questão que hoje nos reuniu aqui, desejo agradecer sinceramente à organização destas jornadas a possibilidade que me ofereceu para estar hoje convosco. Estou certo de que esta organização conseguirá colher frutos da reflexão levada a cabo durante estes dias e elaborar conclusões interessantes. Para mim, é uma honra

colaborar. Também quero agradecer ao senhor moderador as imerecidas palavras de elogio com que quis apresentar a minha intervenção, frases que me comprometem a dirigir-lhes palavras que satisfaçam as expectativas que depositaram em mim.»

Quem, após ter escutado um início de conferência semelhante, não iria rever em baixa a simpatia não só pelo conferencista, como do moderador e até das próprias jornadas?

De facto, simplicidade, naturalidade e clareza são também precisas para este início, que tem de ser cordial e grato...

Para bem agradecer, Arturo Merayo deixa dois conselhos:

- agradecer de forma breve e natural e, se possível, no mesmo estilo com que fará toda a comunicação;
- agradecer dirigindo-se ao apresentador e aos membros da organização, voltando-se de imediato para o público, olhando cada um dos destinatários de forma clara e diferenciada.

b) Passar adiante de desculpas iniciais

Diante da importância das primeiras palavras na captação da atenção do público, é indispensável que o primeiro que se diz não diminua a importância e a qualidade do que se quer transmitir.

E este é um dos principais «pecados» dos pregadores. Quantas homilias não começam por frases do género: «Meus irmãos, umas breves palavras para explicar...»; «Caríssimos, quero propor-vos uma “reflexãozinha” sobre a Palavra...»; ou «Após esta leitura, uns breves minutos para uma rápida consideração...»

O conjunto de brevidades apontadas não deixam antever nada de bom. Tenhamos presente que a pregação sucede normalmente à proclamação de textos Bíblicos, de valor literário, cultural e espiritual inigualável. É importante que o que se diz depois não os diminua.

Por outro lado, muitas apresentações começam com desculpas por parte do comunicador, que se diz impreparado ou nega ser a pessoa mais indicada para o tratamento do tema... Não será a melhor estratégia... até porque, mesmo sendo real, muitos dos ouvintes podem nem se aperceber dessa impreparação...

c) Começar com uma pergunta?

E porque não... Interpelar o público é uma boa estratégia, porque o prende ao que o comunicador irá dizer... A possível resposta de quem ouve faz de todos os presentes participantes da comunicação.

E há uma pergunta, na comunicação do religioso cristão, recorrentemente usada... «E se Jesus estivesse presente no nosso meio...?» A resposta a esta ou a qualquer outra pergunta tem de ser dada na mesma intensidade que a o problema acarreta... Não serve para infantilizar o momento...

A fazer-se, uma pergunta tem de ser encarada com seriedade e realismo.

d) Estabelecer ligação com os interesses do público

Quando se avaliam presenças da Igreja na sociedade e diálogos que tenta estabelecer com todos, surgem frequentemente afirmações do género: «dá respostas a perguntas que ninguém fez». E mesmo quando o assunto pode ser do interesse do público, nem sempre é apresentado como tal. Os discursos moralistas são disso bom exemplo: quando propostas de ação para o dia a dia são apresentadas não como meios para a conquista de felicidade que todos procuram, antes como obrigação a cumprir, enquanto princípios teóricos, para agradar ao nosso Deus (e, por vezes, para agradar ao comunicador que as apresenta).

A proximidade a introduzir nos discursos e a evocação do quotidiano do público que participa são meios extraordinários para despertar o interesse de todos.

Então não é porque cada um de vós quer comunicar e pregar melhor que está, nestas semanas, a participar neste curso...? E quantas vezes, após uma comunicação, formal ou pessoal, olhos nos olhos ou através de uma mensagem eletrónica, acabaram por constatar que a mensagem não passou e não despertou interesse no público? Em causa não está a maior ou menor sabedoria mas sim a importante questão da tensão ou oportunidade no momento da comunicação.

É assim: é bom começar por um ponto que toque diretamente os interesses do público. E recordar, ao longo da apresentação, esses interesses. Porque o que se está a apresentar é exclusivamente para dar resposta aos interesses de quem ouve.

Outras duas formas de despertar o interesse de quem ouve:

- começar com uma citação. Sobretudo se for uma citação de uma obra ou autor que esteja relacionado com o contexto onde se fala. Às vezes, só a evocação de pessoas, artigos, livros que estejam próximos de quem ouve é uma forma de ir ao encontro dos recetores.
- Estimular a imaginação do público. O que acontece desde o recurso bíblico frequente («Naquele tempo...») ao exercício recíproco de imaginação de uma história, de um caso... Trata-se de trazer para a apresentação a dimensão lúdica, criativa em que todos se podem envolver (imaginem que...)

e) Ironia, piadas e gracejos

«qb». Há que medir incursões por estas aventuras.

Piadas e gracejos não se contam de um momento para outro e nem todos têm a possibilidade (mais do que capacidade) de ter êxito com uma anedota. Desde logo porque ela depende mais da forma como é contada do que do conteúdo em si. E há pessoas que nem precisam de contar nada para provocar o riso...

Em conferências, quando há desconhecimento recíproco entre conferencista e auditório, é sempre arriscado avançar com grandes anedotas. A não ser que elas sejam sobre o próprio, sobre o conferencista, o que muitas vezes é um meio para quebrar o gelo e criar proximidades. Ou então se a piada elogia os participantes na conferência.

E quantas anedotas entre dominicanos, franciscanos e jesuítas se poderiam agora contar...

A ironia

Ser irónico oferece grandes possibilidades ao comunicador. Mas exige-lhe também muita segurança, muito conhecimento do público e certeza de que existe sintonia mínima nas opiniões que defende.

É uma «ferramenta» da linguagem que nem sempre oferece grandes oportunidades de comunicação a quem está no púlpito... por escolhas infelizes de temas e momentos... Por exemplo, quem já não ouviu algo do género, sobretudo em meios mais rurais:

«Anda por aí muito boa gente que pouco liga a estas coisas de Deus... E mais do que vir a este encontro comunitário, pelo menos no Dia do Senhor, prefere o café, esperando o fim da missa para ver quem sai. Depois, aparece, lembrando-se de Santa Bárbara quando tropeja...»

Mas a mensagem dirige-se a quem está a ouvir ou a quem não está...? Sendo a quem não está é completamente desajustada e não surte qualquer efeito, muito pelo contrário...

f) Estatística

Avançar com estatísticas sobre o assunto que se está a tratar é sempre uma boa metodologia para ter a certeza de que a mensagem chega e permanece no recetor. Elas constituem sentenças divinas para quem ouve. Não terá sido por isso que são usadas com tanta frequência na Bíblia? Até

dizemos que há números especiais, perfeitos, quando querem transmitir atitudes e comportamentos ora por parte do povo ora por parte de Deus. E imaginam o relato de um milagre nestes termos:

«Ao entardecer, os discípulos aproximaram-se dele e disseram-lhe: “Este sítio é deserto e a hora já vai avançada. Manda embora a multidão, para que possa ir às aldeias comprar alimento.”

Mas Jesus disse-lhes: “Não é preciso que eles vão; dai-lhes vós mesmos de comer.” Responderam: “Não temos aqui senão alguns pães e poucos peixes.” “Trazei-mos cá” - disse Ele.

E, depois de ordenar à multidão que se sentasse na relva, tomou os pães e os peixes, ergueu os olhos ao céu e pronunciou a bênção; partiu, depois, os pães e deu-os aos discípulos, e estes distribuíram-nos pela multidão. Todos comeram e ficaram saciados; e, mesmo sendo uma grande multidão, foram muitas as sobras».

Ou, de acordo com o original:

«Ao entardecer, os discípulos aproximaram-se dele e disseram-lhe: “Este sítio é deserto e a hora já vai avançada. Manda embora a multidão, para que possa ir às aldeias comprar alimento.”

Mas Jesus disse-lhes: “Não é preciso que eles vão; dai-lhes vós mesmos de comer.” Responderam: “Não temos aqui senão cinco pães e dois peixes.” “Trazei-mos cá”, disse Ele.

E, depois de ordenar à multidão que se sentasse na relva, tomou os cinco pães e os dois peixes, ergueu os olhos ao céu e pronunciou a bênção; partiu, depois, os pães e deu-os aos discípulos, e estes distribuíram-nos pela multidão. Todos comeram e ficaram saciados; e, com o que sobejou, encheram doze cestos. Ora, os que comeram eram uns cinco mil homens, sem contar mulheres e crianças»².

2 Mt, 14, 15-21

Hoje, as páginas do Evangelho até incluíam um gráfico tridimensional para contar a parábola às gerações seguintes.

g) Um objeto

Um outro meio que ajuda a prender a atenção é mostrar um objeto.

Um objeto oferece dois preciosos contributos: ajuda a fixar a mensagem, porque a imagem alia-se ao dizer de forma perfeita... também porque ajuda o comunicador a resolver um problema frequente: não saber onde colocar as mãos.

h) As histórias

É uma metodologia que apaixona todas as gerações. Quando se ouve «Era uma vez...», as atenções prendem-se às palavras que se seguem...E não é necessário ser história de antigamente. Tudo o que se aproxime do relato, da personalização da mensagem que se está a transmitir, da notícia com rosto é capaz de seduzir, de atrair público e prender atenções.

Os discursos abstratos criam distâncias. Os que tocam naquele gosto de saber algo da vida do outro, de dar rosto às histórias, conquista mais ouvintes. E basta fazer a experiência com comunicações às crianças: é sempre necessário criar personagens, fazer diálogos e por eles passar a mensagem.

i) Finalizar – Deixemos para o momento da finalização desta apresentação...

4.4. ASPETOS FORMAIS DE UMA APRESENTAÇÃO

Cada comunicador tem um estilo próprio e tem de sentir-se bem consigo mesmo. Isso não impede que tenha uma atitude dinâmica diante dos processos de comunicação, que lhe permitam o confronto com requisitos formais que são mais-valias para o sucesso da comunicação:

- a) Clara e correta pronúncia – Quem ouve está a fazer o esforço por compreender as ideias do comunicador; não pode fazer também o esforço por perceber as palavras que as expressam. Assim, uma pronúncia clara e precisa, que inclua todas as sílabas, ditas com naturalidade e sem «comer» as que finalizam uma frase ou uma palavra. Para o exercer, a leitura em voz alta e a diferentes ritmos é uma grande ajuda, fazendo o esforço por escutar o que se está a dizer. Essa será uma forma de pronunciamento mais correto de todas as sílabas e também de respirar corretamente durante o discurso, sentindo a respiração e a dicção na barriga, não ao pé da boca...
- b) Velocidade do discurso – Uma leitura ritmada, para além de ser essencial a uma correta dicção, é condição de compreensão do discurso. E, normalmente, é necessário diminuir a velocidade... no discurso interpessoal, falamos cerca de 200 palavras por minuto; numa exposição a média deverá andar pelas 120; abaixo das 80, o auditório adormece... Alternando frases com mais intensidade, outras mais calmas, indo ao encontro do conteúdo em comunicação, é uma ajuda importante para perceber o discurso;
- c) Pausas – São necessárias à respiração, à tradução oral da pontuação que o texto tem e pelo qual também se diz. Por outro lado, se são mais longas, podem criar expectativa ou separar diferentes temas da mesma comunicação, chamar a atenção para determinada palavra ou temática e fazer refletir o público;
- d) Modulação da voz – Em causa estão a entoação e o volume. Dois aspetos a modular de acordo com cada parte do discurso, a importância que se quer atribuir e também as circunstâncias em que é dito. E saber que é necessário falar mais ou menos alto de acordo com a sala, o preenchimento e o revestimento que tem;

- e) Timbre de voz – Cada pessoa tem o seu. E cada pessoa deve corrigir o que impede a compreensão e também o gosto no ouvir. Há vozes graves, agudas, nasais ou guturais, e interessa encontrar equilíbrios. Para os conseguir, nada melhor do que fazer gravações da própria voz, tentando depois corrigir o que menos se gosta e o que mais impede a compreensão de todas as sílabas;
- f) Evitar muletas – Elas estão normalmente no início das frases... Eeeehhh, huummmm, bom... Em exposições improvisadas estas muletas podem ser frequentes, como podem multiplicar-se palavras que ocupam vazios do discurso. «Portanto» é uma palavra, que «portanto» pode «portanto»... não permitir que nada se diga; ou «quer-se dizer», quando se inicia um «quer-se dizer»... discurso, há outras palavras que «obviamente» não interessa «obviamente» dizer porque, «ou seja», são situações que todos, «ou seja», cada um está sujeito a cair nelas...
- g) Linguagem não-verbal – Gestos, movimentos, sorrisos... tudo transmite mensagens. E tem de existir coerência entre o que se diz e a linguagem não-verbal produzida. Para isso, há que falar com naturalidade (porque é impossível fazer gestos programados, ensaiados) e em coerência com o estilo do comunicador.
- h) Postura – São simples os conselhos dos mestres da comunicação: andar enquanto se faz a apresentação transmite segurança e naturalidade; estando de pé, apoiar-se de forma equilibrada sobre os dois pés, evitando balancear entre um e outro; se se comunica sentado, o gesto de se inclinar ligeiramente para a frente é sinal de interesse.
- i) As mãos – é um problema de muitas apresentações: onde colocar as mãos? A naturalidade é a resposta, porque não se deve estar rígido nem a gesticular com as mãos constantemente. O microfone pode ajudar, caso não exista,

pode-se segurar numa caneta ou nas notas da conferência, com naturalidade e sem demonstrar nervosismo...

- j) Olhar – O olhar permite conhecer as reações dos ouvintes e transmite informação acerca do orador. Faz com que o público perceba que a mensagem se dirige a cada pessoa, em concreto, e permite ao orador adaptar mensagens e intensidades na apresentação de acordo com o acontecer da receção. Por outro lado, transmite a tranquilidade ou o nervosismo do orador. E nada melhor do que afastar o medo de olhar os interlocutores nos olhos, demonstrando confiança e franqueza.

- k) Vestuário – Primeiro, o orador tem de se sentir bem com a forma como se apresenta. Deve depois procurar adequar o vestir à ocasião, não fazendo com que a atenção dos ouvintes se fixe em indumentárias apelativas ou com cores aberrantes (nomeadamente de gravatas ou lenços), para que tenha disponibilidade para se prender à mensagem. Cuidar o vestir e a forma de se apresentar é fundamental porque essa é a primeira imagem que passa para os ouvintes, sobretudo se desconhecem o comunicador.

- l) Controlar os nervos – São inevitáveis, os nervos. E não são negativos. Basta que não façam perder o controlo. Para isso, é importante ensaiar previamente, sobretudo esses momentos em que os nervos se podem apoderar mais de quem tem de falar a um grupo de pessoas, e encontrar motivos de confiança: no texto que se preparou e sempre acompanha o comunicador; no diálogo com uma pessoa de confiança; na presença no espaço e junto daqueles a quem se dirige a comunicação.

4.5. DIANTE DE IMPROVISOS

É uma ocorrência que pode acontecer a qualquer um: ter de se dirigir a um grupo, a colegas de trabalho, a uma multidão e sem estar preparado. O que fazer?

Pistas breves para conseguir transmitir uma ideia:

- potenciar breves instantes para definir uma ideia, uma estratégia...
- circunscrição temática e da abordagem ao tema, porque quem muito abarca pouco alcança
- descobrir e seguir um estilo natural, próprio, que vá ao encontro do gosto pessoal, que faça uso de conhecimentos gerais que se dominam
- atitude positiva (sem repetir a falta de preparação ou que não seria a pessoa indicada ou qualquer outra desculpa)
- seguir a estrutura clássica de uma apresentação (introdução, desenvolvimento e conclusão) e aplicar-lhe o tema sem grandes dispersões
- ser breve.

6. CONCLUSÃO

Retomo aquela certeza, experimentada lá por casa, até com os meus dois filhos, e que passa também pelo vosso quotidiano, sobretudo quando se mantêm contactos com os «nativos digitais»: hoje, **temos de «dizer» a gerações que estão mais habituadas a explorar ecrãs do que a juntar palavras.**

Os processos de comunicação, hoje, fazem-se **mais pela mediação do ecrã do que pela força da palavra.** A geração digital ou os nativos digitais, como lhes chama Bento XVI, rapidamente compreendem um ecrã e todas as informações que ele distribui pelos vários recantos. E é-lhes mais difícil a perceção de uma frase, de um parágrafo. E não adianta combater essa tendência, antes tirar partido dela e usar o efeito performativo do processo da comunicação.

A verdade, a autenticidade, a relevância das mensagens conquistarão o seu espaço e serão capazes de cativar quem percorre ecrãs em qualquer recanto da vida. E é necessário dizer e colocar

a palavra também nos ecrãs por onde navegam não só as novas, mas todas as gerações.

No processo de dizer, numa apresentação, o final deve comparar-se a um concerto. Os concertos nunca acabam com uma música desconhecida, mas com a que é mais popular e mais sabida pelo público...Ela não só conclui o espetáculo de forma apoteótica, como prolonga a música naqueles que a ele assistiram.

Na comunicação do religioso, quando o objetivo é dar relevo a uma mensagem e fazer com que a dimensão religiosa esteja presente na pessoa e na sociedade, sem dúvida que é necessário fazê-lo com competência, com os recursos que as técnicas oferecem e tendo em conta o contexto humano e digital em que essa comunicação acontece. Mas, mais do que dizer coisas, é necessário cultivar aquela atitude de escuta; e mais do que convencer através das palavras, impõe-se a capacidade de confirmação pela força do testemunho.

O SILÊNCIO E A PREGAÇÃO

Fr. Rui Manuel Grácio das Neves, OP
“SILENTIUM, PATER PRAEDICATORUM”
(Lema Dominicano)

Muitas vezes confunde-se a pregação com a exuberância de palavreado, sobretudo erudito e retórico. Sem negar a necessidade de uma apresentação cuidadosa e elaborada da Palavra, o certo é ela precisa de Silêncio para ganhar profundidade. Além disso, uma Palavra que não nasce do Silêncio é muito possível que seja só uma Palavra intelectual, doutrinária, uma Palavra que sai da mente, mas não do Espírito. O Silêncio implica a necessidade de que toda a Palavra surja de uma experiência contemplativa e não só da nossa cabeça, por mais brilhante que ela possa ser.

A tradição da Ordem Dominicana, como é sabido, é a de *contemplari et contemplata aliis tradere*, «contemplar e dar o contemplado aos outros/as». Não se pode dar o que não se tem. O discurso intelectual não pode suprir ou dissimular o verdadeiro Fundo da Contemplação, que é o encontro com Aquele/Aquela/ Isso, que transcende os nossos critérios, conhecimentos, habilidades e memórias. Sem ter «raízes no Absoluto», o que possamos pregar, viver, é oco. É mais *egocentrismo* do que *peregrinação para o Absoluto*.

Eis aqui o núcleo central do que pretendemos apresentar neste escrito. Vejamos tudo isto em vários pontos.

1. Qual é o fundamento *teológico* do Silêncio? É precisamente a experiência de um Ser que não se deixa enclausurar em esquemas mentais e físicos limitados. A ideia é que o Uno está e dá-se mais

além das nossas categorias mentais. O finito não pode abarcar o Infinito, por definição. Isto esteve sempre presente na mística cristã e em várias filosofias/teologias não cristãs, mas que tiveram uma profunda experiência de «Deus»¹.

1.1. Numa linha *macro-ecuménica*, podemos dizer que, na tradição indiana, especialmente na tradição da Escola *Aduaíta Vedanta*, encontra-se uma conceção-vivência muito sintética. Deus é tanto impessoal como pessoal. Não são dois deuses, mas um só, com duas aproximações epistémicas ou cognoscitivas: ele é *Ishwar*, mas também é *Brahman*. É tanto um Deus pessoal como impessoal. Ou seja, é tanto um Deus com atributos (*qualificado*), chamado *Saguna Brahman*, como um Deus mais-além de qualquer determinação ontológica ou epistémica (*in-qualificado*), denominado *Nirguna Brahman*.

Esta escola chegou assim a encontrar um compromisso interessante entre ambas as orientações, para o Ser Absoluto. Esse Deus é totalmente transcendente, carece de determinações positivas enquanto tal. Porém, de alguma maneira, também pode ser experimentado com certos atributos positivos, porque o ser humano necessita relacionar-se com um Deus antropomórfico (sempre que não nos deixemos apegar a essa imagem), com um Deus imanente. As imagens são necessárias, mas somente funcionam como *muletas*, que ajudam a percorrer o caminho, *mas não são o caminho*.

A relação com Deus, nesta escola do *Aduaíta Vedanta*, é então uma *relação dialética*, quando realizada corretamente. Por uma parte, permite relacionar-se afetivamente com um Deus pessoal.

1 A palavra «Deus» procede do latim Deus, que pela sua vez vem do grego Zeus. Zeus era o primeiro entre os deuses, numa fórmula henoteísta, ou seja, segundo Max Müller, aquela que denota um Deus superior a outros, numa hierarquia de deuses. Zeus era o mais poderoso de todos os deuses do Olimpo. Utilizando o termo «Deus» entre aspas, queremos deixar claro aqui que esta palavra não esgota tudo o que podemos suspeitar que Ele/Ela/Isso é, muito menos na tradição cristã do Pai de Jesus. É mais, a palavra pode até atraí-lo a uma visão evangélica do Pai de Jesus. Por isso, é preciso usar a palavra com muito cuidado. As palavras, tal como as moedas, desgastam-se com o uso.

Por outra, sabe que esses atributos são relativos, e que a autêntica aproximação, a absoluta, estará, em último termo, mais além de todo conceito, ideia, imagem, representação. Portanto, longe de qualquer aproximação idolátrica.

Conservar, porém, ambas as dinâmicas é o interessante desta escola, que possui muita sabedoria histórica e bastante compreensão antropológica do fenómeno religioso e espiritual².

1.2. Outra escola é a do Yoga, ou melhor, dos diferentes Yogas. Como é já deveras sabido, a palavra «Yoga» significa «união». Pode haver centenas de yogas, ou seja inúmeros caminhos de chegar à união com o Absoluto. Um dos mais conhecidos é o do *Hatha Yoga*, o Yoga físico, ou melhor, psico-físico. Trata-se de incorporar o próprio corpo na aventura espiritual. Trata-se de que a mente esteja silenciosa, concentrada no aqui-e-agora da sua prática psico-física.

A definição de Yoga em sânscrito, tal como apresentado por Patanjali, o seu codificador, é: «Citta-vritti nirodhaha»³. Podíamos traduzir esta fórmula sintética por: «O Yoga é a inibição das modificações da mente». Ou, de maneira mais divulgativa, «o Yoga é a arte de evitar as desconcentrações da mente». Ou seja, de manter a mente concentrada. Dada a nossa «monkey mind» (mente de macaco, sempre a saltar de uma rama para outra, de ideia em ideia, constantemente), o Yoga é uma disciplina psico-física que nos ajuda a viver unificados/as.

«Yoga» significa então «união» (com o Ser Supremo, com o Cosmos, connosco próprios). O Yoga vai ao fundamental: silenciar a nossa mente, mantendo-a totalmente atenta ao Presente, ao Aqui-e-Agora da nossa Existência. Não basta o silêncio físico, exterior. É preciso o silêncio interior. O Yoga, com múltipla experiência milenária, oferece um conjunto de saberes e de técnicas de encontro

2 Como bibliografia recomendaria SWAMI MUKHYANANDA, Sri Shankaracharya. *Life and Philosophy. An Elucidative and Reconciliatory Interpretation*. Advaita Ashrama, Kolkata, 2006. Também pode-se consultar o livro da professora MÓNICA CAVALLÉ, *La Sabiduría de la no-dualidad*. Kairós, Barcelona, 2008. Igualmente, são interessantes as entradas em Internet sobre SWAMI VIVEKANANDA, o principal representante de um neo-vedantismo atualizado.

3 PATANJALI, *Yoga-Sutra*. EDAF, Madrid, 4ª.ed., 1994, p. 34.

profundo com esse Silêncio que transcende o Ruído das nossas mentes, até encontrar a Paz interior.

1.3. A longa tradição chinesa do taoísmo aponta para uma experiência mística de encontro com o Absoluto no Silêncio e na presença imanente no mundo, especialmente na Natureza.

O Taoísmo diferencia ontologicamente entre o *Tao in-manifesto* e o *Tao manifesto*. O *Tao manifesto* (ou *manifestado*) é o *Tao imanente*, o Tao presente em todas as coisas, e que representa uma síntese complementária de opostos: os famosos *Yin* (princípio feminino, passivo) e *Yang* (princípio masculino, ativo). O *Tao manifesto* é a síntese destas oposições, que são vistas como *complementares* e não como *contrapostas*. Ambos os princípios configuram toda a realidade existente.

Mas, mais além do *Tao manifesto*, está o *Tao não manifesto* (ou *in-manifesto*), o *Tao in-determinado*, do qual tudo procede. É *in-qualificado* (tal como o *Nirguna Brahman* do *Advaita Vedanta*). Dele não se pode dizer absolutamente nada. E, no entanto, é a origem do qual tudo procede, o *in-forme* como origem de todas as formas. Assim começa precisamente o *Tao-te-King* (ou *Daodejin*), atribuído a Lao-tse: «O Tao em que se pode caminhar não é o Tao eterno⁴. O nome que se pode dizer não é o nome eterno» (capítulo I)⁵. Por conseguinte, este Tao Absoluto ou Indeterminado, o In-forme que dá origem a todas as formas («a Mãe das dez mil coisas», símbolo de todas as coisas para os chineses), só pode ser encontrado no Silêncio. Daí o capítulo LVI: «Quem sabe não fala. Quem fala não sabe.»

O Silêncio não é um puro quietismo, mas sim uma espera ativa. Um esvaziar-se para poder ser todas as coisas. Uma receptividade

4 Noutras traduções: “O Tao de quem se pode falar nunca será o Tao Absoluto. Os nomes que podem ser dados nunca são os verdadeiros nomes”. Cfr. LAO-TSÊ, O Livro de Tao, in: AA.VV., A Filosofia “materialista” chinesa. José Galamba, Torres Novas, 1978, p. 73.

5 LAO TSE, Tao te King. Livro do Caminho e do Bom Caminhar. Relógio D’Água, Lisboa, 2010, p. 88-89. Há outras edições mais simples também em português: a da Editorial Estampa, Lisboa, 6 ed., 2000 e a da Livros da Vida Editores, 2ª., Mem Martins, 2007.

acolhedora de todas as diferenças, que são complementares e não contrapostas. É o Silêncio criativo. Uma vivência no quotidiano.

1.4. A atitude zen, de fonte budista, incorpora também elementos do taoísmo, numa complexa e rica síntese secular. O *Zen* (palavra japonesa que significa «meditação») é profundamente original na sua prática, além de ser muitas vezes irreverente e paradoxal⁶. O *Zen* pretende transcender o simples pensar e a conceção conceitual da Realidade. Nesta espiritualidade, a mente não pode conceber a Realidade, que a transcende. Fixar em conceitos, ideias, programas, etc., a Realidade, é como querer apanhar a água de um rio com redes. Não se pode fixar a Realidade, porque é “permanentemente” cambiante, valha o paradoxo. Não se pode querer fixar o que está sempre em movimento.

Por conseguinte, para captar o que as coisas são como tais é preciso silenciar a mente. Só a mente silenciosa *pode* integrar-se no que a Realidade é como tal, sem falseamento. É o *nirvana*. A prática zen, entendida enquanto meditação (mas é algo muito mais complexo do que isto) faz então um apelo a transcender os nossos pensamentos, sentimentos e emoções, imagens... para poder captar verdadeiramente a realidade das coisas. A meditação *surge*, não se consegue.

Trata-se de uma espécie de visão intuitiva, sinóptica, da Realidade, que é inefável, inexprimível mediante a linguagem conceitual. Por isso, o tipo de meditação zen é de «mente vazia» (*empty mind*). E a experiência, ou melhor, vivência desta Totalidade é chamada em japonês *satori* (o *nirvana* de Buda). De fato, nem pode ser chamada propriamente de «meditação» num sentido vulgar, pois, quando se dá, não há nem meditador/a, nem nada que se faça, nem nada sobre que meditar.

6 É muito difícil apresentar uma síntese do *Zen*, porque se trata de uma vivência inexprimível. No entanto, em língua portuguesa, recomendamos, como leitura introdutória, o livro de SHUNRYU SUZUKI, *Mente Zen, mente de Principiante*. Lua de papel, Porto, 2007, tradução do livro inglês *Zen Mind, Beginner's Mind*, publicado em 1970.

Nesta mesma ótica zen, não há nada que alcançar. Em realidade, já estamos iluminados/as. O que se trata é de remover todos os obstáculos que impedem que esta Luz, que somos nós, se revele e manifeste. É como a imagem do artista escultor: a imagem já está na pedra, só é preciso tirar o que sobra.

Em todo o caso, o silêncio interior é o «espaço» onde nasce a experiência de totalidade que somos todos nós com toda a Natureza ou Cosmos, sem divisão. O Nirvana está já no *samsara*, no mundano, na roda da impermanência, expressão que implica que o Despertar dá-se já no meio do mundo, e não no separar-se dele (pelo menos, ao final do processo). Importa, aliás, que seja uma experiência *musotoku*, palavra japonesa que significa «sem finalidade, sem objetivo». Poderíamos traduzi-la como «pura gratuidade».

Não é fácil expressar tudo isto racionalmente, claro. É preciso vivê-lo, daí que o Silêncio é fim e caminho. E, ao mesmo tempo, não é nada substancial separado do que é a Vida em si mesma.

2. Também no cristianismo temos uma experiência de silêncio presente nos diversos místicos e místicas de todos os tempos. É, todavia, uma mística personalizada. Mas não esqueçamos igualmente que o Absoluto é um Mistério. Jesus de Nazaré é o Caminho. Ou, como diz Hans Küng, o Caminho da Verdade da Vida.

Podemos encontrar referências ao Silêncio em vários místicos/as, como dizíamos. Aqui vamos referir-nos somente a uma importante figura da Teologia Mística, que é o Pseudo-Dionísio Areopagita. Com influência do filósofo neoplatónico Proclo, o Pseudo-Dionísio teve um grande impacto na Idade Média, especialmente em João Escoto Erígena, em Hugo de São Vítor, Roberto Grosseteste, Alberto Magno, Tomás de Aquino, Pedro Olivi, Dionísio o Cartuxo, Nicolau de Cusa, etc.⁷

7 Seguimos aqui o resumo que JOHANNES HIRSCHBERGER faz na sua *Historia de la Filosofía*. Tomo I, Herder, Barcelona, 1964, p. 259-263. Também a *História da Filosofia*. Patrística e Escolástica, de GIOVANNI REALE e DARIO ANTISERI, publicada na Paulus, São Paulo, 3ª. ed., 2007, p.5-66, que corresponde ao volume 2 dessa *História da Filosofia*, traz textos do próprio Pseudo-Dionísio, comprovativos do seu pensamento. De NICOLAU DE CUSA temos em português: *A Doutra Ignorância*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2ª. ed., 2008, e *A Visão de Deus*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 3ª. ed., 2010.

Assim, ao falar das «vias para Deus» o nosso autor diz que se podem fazer afirmações positivas sobre Deus (Ele é o Super-Ser, a Super-Bondade, o Super-Perfeito, o super-Uno, como no neoplatonismo, especialmente Proclo). Ou seja, é possível fazer afirmações positivas sobre Ele. É isto o que vai chamar «teologia positiva» (*teologia catafática*), que representa um primeiro caminho para o Inominado e/ou Inominável.

Porém, para o Pseudo-Dionísio, dado que Deus está sempre mais além de todo ser, pois é o Super-Ser, aquela teologia positiva deve ser corrigida, ou melhor, complementada ou superada, por uma teologia superior, uma «teologia negativa» (*teologia apofática*). É *negativa* porque nega a identificação desse Ser Supremo com qualquer dos seus atributos, considerados imperfeitos para defini-lo. Em realidade, nem pode ser definido, pois «definir» é «delimitar», e como pode a Suprema Realidade ser «delimitada» se ela é por natureza Infinita?. Transcende logicamente todo o ser finito. Consequentemente, nenhum atributo positivo pode ser-lhe em rigor estritamente atribuído.

Finalmente, há uma terceira via, que é quando o ser humano fecha os olhos da alma, submerge-se em si próprio, nas trevas do não saber (como falará também a *Nuvem do Não Saber*, um clássico medieval da mística inglesa, ou Nicolau de Cusa, da *Douta Ignorância*), e assim, numa luz super-essencial, sem forma, sem figura, sem som, sem conceito, numa imersão mística e no êxtase, faz-se *una com Deus*.

O Silêncio é, pois, a última etapa de um caminho de plenitude. Um caminho sem fim, que só culmina no encontro unitivo definitivo com Aquele-que-está-para-além-de-todo-nome-e-forma.

3. Tudo isto não são meras «teorias», no sentido pejorativo do termo, ou seja, meras especulações abstratas sem conteúdo vital. Os místicos e místicas que o digam. Na tradição dominicana, temos o exemplo de São Tomás de Aquino. Depois de uma intensa vida de trabalho filosófico e teológico infatigável, o grande teólogo, depois das experiências místicas tidas, resolve deixar de escrever. Animado pelos irmãos, pelos secretários e especialmente por

Reginaldo de Piperno, a terminar a *Suma de Teologia*, que tinha deixado incompleta, responde que tudo o que tinha escrito até ali parecia-lhe «pura palha», em relação ao que tinha vivido nestas experiências místicas silenciosas.

Não é que sejam opostos estes níveis, o intelectual e o místico, mas certamente não são a mesma coisa. Devem-se contudo unificar. São Tomás de Aquino foi um exemplo disto (como também São João da Cruz, o famoso místico espanhol do século XVI). Por isso, ao final da sua vida, bem pode aplicar-se-lhes a frase paradoxal de Lao-tse, anteriormente citada: «Aquele que sabe não fala. Aquele que fala não sabe.»

A nossa pobre mente não pode nem imaginar Aquele/Aquela/ Isso, que transcende todo pensamento.

ADENDA

Digamos finalmente algo sobre a objeção que faz alguma gente, que se sente tentada a pensar que o Silêncio pode ser teoricamente muito bom, mas é ineficaz, na prática.

Nesta maneira de pensar, o Silêncio isolacionar-nos-ia dos restantes seres humanos, tornando-nos individualistas ou gente só preocupada com o nosso bem-estar, e, portanto, sem com-paixão pel@s que sofrem.

Mas não é essa, nem muito menos, a nossa perspetiva nem convicção. No tema que nos ocupa aqui, o Silêncio é a fonte de uma experiência de vida integral e, portanto, a possibilidade *sine qua non* de que uma Pregação seja realmente vital, existencial, e não meramente «uma coisa de cabeça». Assim tratar-se-ia de *contemplari et contemplata aliis tradere*, mas não de *doctrina aliis tradere*, como já foi dito em alguma ocasião.

Além disso, a proposta científica atual dos «campos mórficos ou morfogénicos», do famoso biólogo inglês Rupert Sheldrake, traz-nos luz sobre o que estamos a reflectir. A posição do biólogo Rupert Sheldrake dá-nos certa base científica para pensar que a tríade pensamento-palavra-ação não fica inerte, mas cria verdadeiros «campos mórficos», ou seja, campos de hábitos que

determinam realidades futuras. Ou seja, hábitos de conduta que se repetem, como eco, em qualquer parte do espaço (pelo menos, do planetário)⁸.

Ele pensava realmente que as primeiras ações dos objetos físicos e dos seres vivos condicionam as posteriores ações, criando estruturas repetitivas, padrões de conduta, *independentemente do espaço terrestre onde se acharem*. Assim, uma determinada habilidade aprendida, por exemplo, por um macaco de um determinado coletivo, pode estender-se no espaço, condicionando outras povoações de macacos, de tal maneira que essa mesma habilidade pode aparecer, de repente, reproduzida noutra símio (ou grupo de símios), que não tenha estado em contacto com o outro grupo de macacos (ou seja, onde haja distância enorme e não contacto físico próximo), se se dá uma suficiente *massa crítica*. Como explicar estas «casualidades»? O problema é que semelhante repetição de padrões aplica-se tanto para o que chamamos Bem (solidariedade radical com os e as oprimidas), como para o que denominamos Mal (violência doméstica...). Daí a nossa «responsabilidade cósmica».

Se isto é assim, e há outros fenómenos mais que também acontecem neste sentido, então qualquer ação realizada (positiva ou negativa) por nós, multiplicar-se-ia no espaço deste Planeta (no Cosmos também?). Isto faz-nos tremendamente responsáveis por cada uma das nossas ações, por mais insignificante que nos pareçam. Mas também por cada uma das nossas palavras, e até dos nossos pensamentos e desejos! Não importa onde nos achemos: definitivamente, somos «evangelizadores/as do Cosmos», com a nossa atitude presente, no aqui-e-agora.

Desde o Silêncio!

Enfim, *se non è vero...*

8 A obra clássica do Rupert Sheldrake é *A New Science of Life*, publicada em 1981 e depois revista (2009). Existe uma tradução espanhola, já com a revisão: *Una Nueva Ciencia de la Vida. La hipótesis de la causación formativa*. Ed. Kairós, Barcelona, 4ª. ed., 2011. Há alguns outros livros mais deste autor traduzidos para castelhano na editorial Kairós.

A PREGAÇÃO NA TRADIÇÃO DOMINICANA GRAÇA DA PREGAÇÃO

Frei Bento Domingues, O.P.

Nunca esquecerei aquilo a que as Ordens Mendicantes devem o seu nascimento: o sobressalto evangélico de uma Igreja que se liberta da situação confortável que vive na sociedade feudal. E durante esse tempo – na vida está tudo ligado – as estruturas feudais rebentam: é a urbanização, a organização das comunas, a criação dos mercados, a grande cólera dos senhores e de certos bispos quando os comerciantes tomam o poder económico... As Ordens Mendicantes nasceram num contexto novo e naturalmente é nele que se sentem à vontade (M.-D. Chenu, OP).

INTRODUÇÃO

Para saber qual é o carisma da Ordem dos Pregadores, ou como vulgarmente se diz, dos Dominicanos, na Igreja e na sociedade, é preciso perguntar qual era o carisma de S. Domingos de Gusmão. Uma Ordem religiosa começa por ser a socialização do carisma do fundador. No caso de S. Domingos, o processo de socialização foi muito objectivo. Ele próprio tentou, da forma mais nítida, que não se

fixassem muito nele, na sua figura. Como dizia P. Mandonnet, um dos primeiros historiadores modernos de S. Domingos e dos começos da Ordem dos Pregadores, Domingos de Gusmão procurou esconder-se ao máximo, para que ninguém se distraísse daquilo que devia ser obra de todos, por todos deliberada, por todos aprovada, por todos controlada. Actualizou o velho princípio do direito: *Quod omnes tangit ab omnibus tractari et aprobari debet*.

O projecto das Constituições, a manter em reforma permanente, são um monumento de direito constitucional – embrião de um certo parlamentarismo constitucional e de democracia representativa – elaborado pelos juristas da Escola de Direito de Bolonha, amigos de S. Domingos. Alguns desses, depois de lhe apresentarem o resultado do seu trabalho, pediram para fazer parte da nova fundação.

I. QUAL O CARISMA DA ORDEM DOS PREGADORES?

Tenha-se em conta que a designação *Ordem dos Pregadores* pertencia, de direito, aos Bispos, à *Ordo episcoporum*. São eles que têm o dever e o direito de pregar a Palavra de Deus. A iniciativa de S. Domingos não pretendia substituir os bispos. Procurava preencher uma lacuna.

Vejamus como a Constituição Fundamental da Ordem apresenta o carisma dos Dominicanos:

§ I – O ideal da Ordem exprimiu-o o Papa Honório III ao escrever a Domingos e aos seus irmãos: «Aquele que fecunda sempre a sua Igreja com nova prole¹, querendo conformar os tempos actuais com os primitivos e propagar a fé católica, inspirou-vos um novo afecto, com o qual, tendo abraçado a pobreza e a vida regular, vos entregais

1 Da oração *pelos catecúmenos*, em Sexta-Feira Santa.

à exortação da palavra de Deus, evangelizando pelo mundo inteiro o nome de Nosso Senhor Jesus Cristo».²

§ II – Com efeito, a Ordem dos Irmãos Pregadores, fundada por S. Domingos, «tomou consciência, desde o início, de que foi instituída especialmente por causa da pregação e salvação das almas³». Por isso, os nossos irmãos, em conformidade com o preceito fundador, “apresentem-se por toda a parte honesta e religiosamente, como homens que desejam procurar a sua salvação e a dos outros, como varões evangélicos que seguem as pegadas do seu Salvador, falando com Deus ou de Deus a si mesmo e ao próximo⁴».

§ III – Para realizar, porém, este seguir Cristo na caridade de Deus e do próximo, consagramo-nos totalmente a Deus pela profissão na nossa Ordem, e, assim, devotamo-nos, dum modo novo, à Igreja universal, *totalmente entregues à íntegra evangelização da palavra de Deus*⁵.

§ IV – Participantes da missão apostólica, assumimos também a vida dos Apóstolos, segundo a forma concebida por São Domingos: levando unanimemente uma vida comum; fiéis na profissão dos conselhos evangélicos, fervorosos na comum celebração da liturgia, principalmente da Eucaristia e do Ofício Divino e na oração,

2 Honório III a S. Domingos em 18. 01. 1221, in *MOPH (Monumenta Ordinis Praedicatorum Histórica)*, XXV, p.144. Bula de recomendação de Honório III, 04.02.1221: «Nós vos pedimos, portanto, a todos e vos exortamos instantemente, dando-vos a ordem por esta carta apostólica, de os receber com caridade quando eles chegarem à vossa região para cumprir o ofício da pregação ao qual eles estão consagrados e de advertir com zelo as populações que vos estão confiadas para acolherem com devoção da boca deles a semente da palavra de Deus. Assisti-los-eis generosamente nas suas necessidades em atenção a Deus e a nós. Vós permitireis com benevolência aos seus sacerdotes, quando isso for oportuno, de ouvirem as confissões dos penitentes e de lhes imporem os seus conselhos salutareis»

3 *Primeiras Constituições O.P.*, prol.

4 *Ib.*, Dist. II, c.31.

5 Honório III a todos os prelados da Igreja, no dia 04. 02. 1221, in *MOPH* XXV, p. 145.

assíduos no estudo, perseverantes na observância regular. Todos estes elementos, não só concorrem para a glória de Deus e para a nossa santificação, mas também servem directamente a salvação dos homens, enquanto, à uma, preparam e impelem para a pregação, a informam, e ao mesmo tempo, são informados por ela. Tais elementos, firmemente ligados entre si, equilibrados harmonicamente e fecundando-se mutuamente, constituem, na sua síntese, a própria vida da Ordem: vida apostólica, no pleno sentido, na qual a pregação e o ensino devem proceder da abundância da contemplação.

§ V – Feitos cooperadores da ordem episcopal pela ordenação presbiteral, temos, como missão peculiar, o múnus profético, pelo qual se anuncia por toda a parte, com a palavra e com o exemplo, o Evangelho de Jesus Cristo, tendo em vista as condições dos homens, dos tempos e dos lugares, para que a fé nasça ou informe mais profundamente toda a vida para edificação de Corpo de Cristo, que se completa nos sacramentos da fé.

§ VI – A figura da Ordem, como sociedade religiosa, procede da sua missão e da sua fraterna comunhão. Com efeito, sendo a administração da palavra e dos sacramentos um ministério presbiteral, a nossa religião é clerical; ministério, no entanto, que os nossos irmãos cooperadores participam de muitas maneiras, ao exercerem, de um modo especial, o sacerdócio comum. A consagração total dos Pregadores à proclamação do Evangelho pela palavra e pela acção manifesta-se também no facto de, pela sua profissão solene, ficarem total e perpetuamente ligados à vida e à missão de Cristo.

Como a nossa Ordem, em cooperação com toda a Igreja, foi enviada a todos os povos, tem, por isso, um carácter universal. E, para melhor cumprir tal missão, goza de isenção e está munida de uma forte unidade na sua cabeça, o mestre da Ordem, a quem todos os irmãos se ligam imediatamente pela profissão: pois o estudo e a evangelização exigem a disponibilidade de todos.

Por esta mesma missão da Ordem, são afirmadas e promovidas, dum modo especial, a responsabilidade e a graça pessoal dos irmãos. Na verdade, cada irmão, depois da sua formação, considera-se

um homem maduro, porque ensina os homens e porque assume múltiplos ofícios dentro da Ordem. Por isso, a Ordem quer que as suas leis próprias não estejam sujeitas a culpa, a fim de os irmãos as abraçarem sabiamente, *não como escravos sob a lei, mas como filhos sob a graça*⁶.

Por último, dada a finalidade da Ordem, o superior tem o poder de dispensar, *sempre que o julgue oportuno, nas coisas que impeçam o estudo ou a pregação ou o fruto das almas*⁷.

II. DIFICULDADES NA RESPOSTA AO CARISMA

1. Na reforma do século XV-XVI, o próprio êxito da iniciativa de S. Domingos, na Igreja, a originalidade do carisma dominicano, é, de novo, discutido. Nessa altura, já todas as Ordens religiosas pregam e estudam. O que começa a diferenciá-las é a pregação ou a propaganda das devoções apropriadas por cada um dos Institutos. A astúcia dos Dominicanos consistiu em se tornarem os pregadores da devoção do Rosário e não só. Foi Nossa Senhora que o entregou a S. Domingos e o encarregou de pregar os seus mistérios. É evidente que, em matéria de pregação popular, isto era um achado: *o pão partido aos pequeninos*, segundo o pedido de Cristo. Há mistérios gozosos, dolorosos e gloriosos, com uma grande lacuna: onde estão os mistérios da vida pública de Jesus e, especialmente, do ministério da sua pregação, que os Dominicanos deviam servir? Nada é perfeito, mas foi um grande achado. João Paulo II percebeu o sentido desta lacuna e introduziu os «mistérios luminosos», a intervenção histórica de Jesus.

2. Durante muito tempo, vão desenvolver-se tensões entre doutores e pregadores, entre pregação e ensino. Alguns perguntam-se: afinal, os Dominicanos são filhos de S. Domingos ou de S. Tomás de Aquino?

6 Cf. *Regra de S. Agostinho*, no fim (11).

7 *Primeiras Constituições, O.P.*, pról.

3. Outra tensão nunca superada de forma convincente: é uma Ordem contemplativa ou uma Ordem activa? Primado da contemplação ou primado da intervenção? S. Domingos chamou às monjas de Prouille, *A Santa Pregação*. S. Tomás de Aquino, que manteve o primado teórico da vida contemplativa, soube levar a água ao moinho dos Pregadores: «embora a vida contemplativa seja superior à vida dedicada a actividades corporais, no entanto, quando a vida activa é dedicada a pregar e a ensinar, aos outros, a realidade contemplada, este estilo de vida é mais perfeito do que a vida contemplativa. Aliás, este estilo de vida activa pressupõe abundante contemplação. Foi a vida que Jesus escolheu⁸». S. Tomás torna a vocação dominicana como a versão de Jesus Cristo na Vida Religiosa. A Vida Religiosa da Ordem dos pregadores é a que traduz melhor a opção de Jesus. Fará a mesma coisa acerca da dedicação de uma Ordem religiosa ao estudo. Era a sua.

4. Nos finais do séc. XIX e princípios do séc. XX, a tensão entre pregação e observâncias monásticas enfrentaram dois grandes restauradores da Ordem em França: o Padre Lacordaire e Padre Jandel. No pós-Vaticano II, renasceu, embora sem futuro, uma tentativa de designar os dominicanos como *Moines Apostoliques*.

Estas tensões são inevitáveis numa Ordem que, para realizar integralmente o seu carisma, tem de se manter fiel a aspectos complementares, mas que, na prática, não são de gestão fácil. Por vezes, para servir uma dimensão, parece que se está a dificultar outra que pertence igualmente ao carisma.

III. VÁRIOS MODELOS DE PREGADORES

A grande questão é esta: o que é a pregação? Quando é que acontece? O que é que implica? O que é que exige do pregador?

Diz-se de S. Domingos que falava com Deus ou de Deus. Este retrato tem um contexto. Situa-se numa altura em que a palavra estava desacreditada e se pedia que o exemplo, de vida e de obras,

⁸ *Summa Theologiae*, III, q. 40, a.1, ad 2; cf. II-II, q. 182, a. 1; q. 188, a. 6.

pu­desse apoiá-la. Desta­que­mos al­guns mo­delos para en­con­trar a ori­ginali­dade da pro­posta de S. Do­mingos:

1. MODELO DE MONGE APOSTÓLICO

S. Gregório Magno apresentou um modelo de *monge apostólico*, muito desenvolvido por S. Bernardo, que parece fazer da pregação um tempo roubado à contemplação: «Os santos anunciadores da Palavra de Deus voltam, regressam continuamente a retemperar-se no seio da contemplação para aí refazer a chama do seu ardor, a fim de, tocando a claridade celeste, brilhem com essa luz. Vão e vêm como relâmpagos porque, ao sair do segredo da contemplação e ao entregar-se à vida activa, se não regressarem continuamente, com diligência, ao fogo da contemplação, arrefecem depressa nas coisas exteriores, por melhores que elas sejam⁹».

2. MODELO EXPECTANTE DA ILUMINAÇÃO

Vou resumir o interessante modelo de Diádoco, Bispo de Fotice do século V: É uma beleza esperar continuamente, por meio da fé activa na caridade, a iluminação que leva a falar; porque nada existe de tão indigente, pobre, vazio, como um pensamento que filosofa fora de Deus sobre as coisas de Deus¹⁰.

3. MODELO DA ORDEM DOS PREGADORES: GRATIA PRAEDICATIONIS

O grande historiador de S. Domingos, M.- Umbert Vicaire, tem um texto fundamental para nos darmos conta do que é a notícia de um tesouro escondido:

«Notaremos apenas um pormenor, a propósito da escolha dos candidatos à pregação. Os textos primitivos ligam grande importância não só à ciência do candidato, aos seus costumes ou à sua caridade, mas também à *gratia praedicationis*. Os numerosos textos que, naquela época, utilizam a expressão na Ordem e fora da Ordem, particularmente os textos dos Valdenses, provam que ela não significa

9 Cit. por P. Regamey, *Un Ordre ancien dans un monde actuel – Les Dominicains*, Cerf, Paris, 1957, p. 96.

10 cf. *Oeuvres Spirituelles*, Sources Chrétiennes, Cerf, Paris, 1955, p.87.

quaisquer dons oratórios, mas um verdadeiro carisma, uma espécie de vocação sobrenatural, a convicção de se sentir impelido pelo Espírito a falar. A *gratia praedicationis* faz da pregação dominicana um verdadeiro ministério do Espírito Santo, o anúncio carismático da Palavra de Deus»¹¹.

Não é de forma nenhuma um pormenor – na citada expressão de M.- Umbert Vicaire –, é, pelo contrário, a realidade central. Na Bula *Gratiarum Omnium Largitori*, de Honório III (21. 01. 1217), a palavra *praedicantes* foi raspada e substituída por outra mais precisa e que indica a vocação e a função dos Dominicanos: *praedicatores*. S. Domingos será celebrado como *Praedicator gratiae*. As Constituições primitivas, n.º 20 (retocadas em 1228 num Capítulo Geral), quando se ocupam do exame a que os irmãos devem ser submetidos para pregar – e devem ser examinados por pessoas idóneas e que tenham vivido com eles – indicam a matéria sobre a qual devem ser examinados: *acerca da graça para pregar, isto é, da aptidão para pregar*. A aptidão para pregar é não só um saber, mas uma competência sobrenatural, uma graça.

No §20, ao falar *dos aptos para a pregação*, diz textualmente: «Depois disto, sejam apresentados os que, segundo o discernimento de alguns, são idóneos para pregar e aqueles que, com licença e mandato do seu prior, mas sem terem ainda a licença do prelado maior ou Capítulo, receberam o ofício da pregação. Todos eles, submetidos separadamente a um diligente exame feito por pessoas idóneas, mandatadas para este objectivo e para outras questões do Capítulo; sejam também interrogados cuidadosamente os irmãos, com quem tinham vivido, *acerca da graça ou aptidão para pregar que Deus lhes tenha concedido, e do estudo, religiosidade, fervor de caridade, propósito e intenção*; e depois do testemunho destes – com o consentimento e conselho do prelado maior – aprovarão o que julgarem mais útil, a saber: se os ditos irmãos devem continuar no estudo ou exercitar-se na pregação com os irmãos mais peritos, ou se são idóneos e úteis para exercer por si mesmos o ofício da pregação».

11 *O Espírito de S. Domingos e a sua intenção na fundação da Ordem dos Pregadores*, policopiado, p. 43.

IV. EXPRESSÃO LITÚRGICA DA GRAÇA DA PREGAÇÃO

No antigo Missal dominicano, a missa da Vigília da Epifania é pautada pela graça da pregação:

Oração – *Ilumina, Senhor, os corações dos teus fiéis com a graça do Espírito Santo; dá-lhes uma palavra de fogo; aumenta a virtude àqueles que pregam a tua Palavra. Por Nosso...*

Colecta – *Dá, Senhor, aos teus servidores uma palavra graciosa. Ao santificar estas ofertas, visita os seus corações. Por Nosso...*

Depois da comunhão – *Ilumina, Senhor, o teu povo. Acende o seu coração com o esplendor da Tua graça para que descubra sem cessar o Salvador e o abrace na verdade. Por Nosso...*

Reparemos na Bênção dominicana (século XIII): *Que Deus Pai nos abençoe, que Deus Filho nos cure, que o Espírito Santo nos ilumine, e nos dê olhos para ver, mãos para realizar o trabalho de Deus, pés para caminhar, uma boca para pregar a Palavra da salvação e o Anjo da paz para os guardar e, finalmente, pela graça do Senhor nos conduza ao Reino.*

Humberto de Romans (1200-1277), o 5º Mestre Geral da Ordem dos Pregadores, escreveu: «Neste mundo, Cristo celebrou apenas uma missa, no dia da Ceia. Não se consegue ler, em lado nenhum, que tenha ouvido confissões. Pouco e raramente distribuiu sacramentos. Não gastou muito tempo com as horas canónicas. O mesmo se diga de outras actividades, salvo a oração e a pregação. Mas pode ler-se: logo que começou a tarefa da pregação, entregou-lhe a vida toda, mais ainda do que à oração».

Guy Bedouelle publicou um livro cujo título indica o conteúdo e personaliza, na própria pessoa de S. Domingos, o carisma essencial dos Dominicanos: *Dominique ou la grace de la Parole.*

Simon Tugwel na sua originalíssima obra *The way of the praecher* retomou esta perspectiva: o carisma dos Dominicanos é a actividade da pregação e a pregação não esvazia, mas é uma fonte de contemplação, se for o fruto de uma graça, não de habilidades nem de pura retórica.

As instituições fundamentais da Ordem dos Pregadores – oração, estudo, vida comunitária, regime democrático – existem para acolher

uma graça: a graça da pregação. Os antigos Capítulos Gerais da Ordem eram celebrados sempre no Pentecostes. S. Tomás de Aquino é também o teólogo da graça do Espírito Santo que, como ele mostra, é o que há de mais poderoso na Lei Nova, Lei do amor e da liberdade, Lei do Evangelho que não destrói a natureza nem dispensa o estudo, a investigação científica nem os recursos humanos da comunicação, segundo a cultura de cada povo e de cada época. Aliás, como se lê nas primeiras Constituições da Ordem: «o frade pregador deve dar-se ao estudo de tal maneira que, dia e noite, em casa ou pelos caminhos, leia ou medite alguma coisa e se esforce por conservar memória de tudo o que puder» (Primeiras Constituições, dist. 1, c. XIII).

Resumindo: em S. Domingos coexistem uma variedade enorme de apostolados e de modos de vida: a do estudante da Universidade de Palência, para quem «estudar em peles mortas quando seres humanos morrem de fome», não é possível (vende os livros para socorrer os famintos e os livros eram raros e caros); a do claustro de Osma, onde foi cônego regente sob a Regra de Santo Agostinho; o do membro do grupinho itinerante das missões rurais; o fundador dos conventos citadinos e universitários; o do sonho, nunca realizado por ele, das missões longínquas. Aquilo que Domingos sonhou, mas não pôde realizar, tornou-se a vocação dos Irmãos Pregadores, através dos séculos.

«S. Domingos nada rejeita da tradição espiritual da Igreja una e santa, ou melhor, nada daquilo que é compatível com a sua intuição de uma Ordem ao serviço da pregação. Não tem nenhuma preocupação em ser original. Situa-se na experiência da sabedoria dos Padres do Deserto, no ideal de uma só alma e um só coração da Regra de Santo Agostinho, nas austeridades de Grandmont ou da vida monástica que ele conheceu e apreciou nos seus amigos cistercienses. Eis o seu génio: fez a síntese de diversos elementos, numa obra original, pelo seu equilíbrio, tanto mais notável na sua construção quanto necessariamente precário na realização, sempre a rectificar.»¹²

Para ter em conta o desafio do título desta conferência, não encontrei nada mais apropriado do que transcrever uma passagem

12 Guy Bedouelle, *Dominique ou la Grace de la Parole*, Fayard-Mame, Paris, 1982, p. 234.

das Constituições dos Irmãos Pregadores, na edição de 1954, nº 827, onde a graça da pregação não dispensa o esforço do estudo, da investigação, sempre a actualizar, pois a graça não substitui a natureza, antes a exige e reforça; a graça não é uma recompensa da preguiça:

«Dado que o estudo da Verdade sagrada é meio necessário, indispensável, para atingir o fim específico da Ordem, os nossos Irmãos, a exemplo e mandato de S. Domingos, de tal forma o procurem que, de dia, de noite, em casa, em viagem, leiam sempre alguma coisa ou meditem e se esforcem por reter e recordar aquilo que no estudo ou na meditação forem bebendo. Devemos entregar-nos ao estudo por amor a Deus e ao próximo, procurando não os nossos interesses, glória ou lucro, mas os interesses de Jesus Cristo.»

Uma componente essencial do tema desta conferência – que não vou ter tempo de explicitar – é o estilo de oração de S. Domingos em que o corpo está impregnado da misericórdia de Deus pelo mundo. É uma oração de viagens, é uma oração com os seus irmãos, é uma oração pela noite dentro, em plena solidão, mas povoada pela presença da misericórdia de Deus pela salvação do mundo¹³.

E nada disse da geografia dos conventos dominicanos. Por vontade de S. Domingos deviam ser casas modestas, situadas nas cidades. Era aí que o novo mundo estava a nascer. Era a esse mundo que era preciso pregar. Era esse mundo que era preciso salvar.

Henri Matisse, o grande pintor da capela de Vence (Nice) das Irmãs Dominicanas, desenhou o rosto de S. Domingos sem rosto, sem possibilidade de um referente concreto a reproduzir. Como foi informado de que o Fundador da Ordem dos Pregadores não escreveu nada, nem as próprias Constituições (encomendou-as, como texto a discutir pelos Irmãos), demitiu-se logo que convocou o primeiro Capítulo Geral da Ordem, deixando o futuro entregue a Deus e aos Irmãos, segundo as instituições que criavam, as constituições que votavam, sujeitas a regras de revisão e a escolha dos superiores entregue aos membros de cada comunidade, de cada província e da Ordem inteira, o pintor, sabendo tudo isto, ao desenhar um rosto sem

13 cf. *Ibidem*, pp.238-246.

rosto, diz a realidade mais profunda: o rosto da Ordem será aquele que as Irmãs e os Irmãos pregadores desenharem ao longo da história.

Essa história terá momentos brilhantes de fidelidade ao primeiro desígnio, terá períodos de decadência e terá figuras que rompem com a verdadeira tradição da Ordem: a de pregadores da graça, com graça, com liberdade, com criatividade.

Em todas as épocas surgiram movimentos, comunidades, personalidades que realizaram e realizam o projecto de Domingos, de tal modo que nem ao próprio Domingos lhe poderia passar pela cabeça.

A *graça da pregação* é uma fonte de inspiração para ler a originalidade de cada época e nela inscrever o Evangelho insculturado na diversidade de tempos e lugares.

Quando, no século XVI, os Dominicanos recordam a intervenção da comunidade de Frei Pedro de Córdova que, em conjunto, escreveu o célebre sermão proferido por Frei Montesinos – *y estos no son hombres?* – em defesa dos índios da *Spañola*, estão a marcar, com o Evangelho libertador, uma época de opressão e escravatura: converteram um Padre *encomendero* (tinha escravos), que se tornou Frei Bartolomeo de Las Casas e levou a defesa dos índios a toda a América Latina e à presença do rei de Espanha; quando, no século XIX, Henri Lacordaire, o defensor de uma Igreja livre num Estado livre, escolhe restaurar, em França, a Ordem dos Pregadores, como a Ordem da liberdade e da democracia, abriu uma das épocas mais brilhantes dos Dominicanos; quando, no século XX, Gustavo Gutierrez inicia o movimento da Teologia da Libertação, na América Latina e no Terceiro Mundo, por influência de Bartolomeo de Las Casas, de quem se tornou biógrafo e por quem se faz dominicano, ficamos com alguns marcos de uma tradição de oito séculos, nos quatro cantos do mundo.

Quando acontece a maior revolução na Igreja Católica do século XX, o Concílio Vaticano II (1962-1965), o papel dos Dominicanos na sua preparação, intervenção e difusão é inapagável: a marca do Padre Marie-Dominique Chenu, na Mensagem do Concílio ao mundo, o trabalho infatigável de Yves Congar na configuração da Constituição *Lumen Gentium*, a influência de Edward Schillebeeckx

e do Padre Louis-Joseph Lebret, na *Gaudium et Spes*, etc., passaram a ser características desses e de outros documentos.

A presença activa e criadora dos Dominicanos no Vaticano II é tão ampla que merece um estudo à parte, sobretudo quando se fala de «nova evangelização».

O que me parece inadiável é o seguinte: os conventos e casas da Ordem dos Pregadores não podem ser escolas de Pregação apenas de nome. Não basta apresentar-se como dominicano. É preciso perguntarmo-nos se ainda nos recordamos da «pedra de que fomos talhados». Não é o hábito nem a invocação que fazem um irmão pregador. Quando há só isso, ofende-se uma memória, uma tradição.

O que exige, hoje, a *Pregação* é uma descoberta a fazer em cada caso e em cada convento. É absolutamente necessário retomar aquilo que, no começo, se exigia para pregar: examinar se essa pessoa se tornou capaz de receber a graça da pregação e de colaborar com ela mediante o estudo e a oração para a não trair. Ao banalizar a preparação de uma homilia, estamos a trair a palavra e o espírito da missa dominicana da Epifania, como acima evoquei.

A tradição dominicana situa a sua pregação no coração de uma Igreja que se desloca para a periferia social e cultural de cada época. É impossível pregar – aprofundar e testemunhar o sentido da intervenção de Cristo no mundo – sem entender, como dizia Lacordaire, o tempo, o século que nos é dado viver. Na antiga iconografia dominicana, o pregador tem o dedo sobre os lábios: *silentium, pater praedicatorum*, isto é, sem silêncio, sem escuta, sem contemplação, por meio das escrituras bíblicas e das escrituras do mundo, sem cultura teológica e sem cultivo das ciências humanas, não há proposta possível do Evangelho.

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA SUMÁRIA

A. Esponera / J.B. Lassegue, *El corte en la roca. Memorias de los dominicos en América (Siglos XVI-XX)*, Centro de Estudios Regionales Andinos, Bartolomé de Las Casas – Cusco, 1991.

Alain de Libera, Eckhart, Suso, Tauler. *Ou la divinisation de l'homme*, Paris, Bayard-Éditions, 1996.

André Duval, «Lacordaire: aimer son temps», in *La Vie Spirituelle*, octobre-novembre 1988, n° 682, pp. 707-713.

António de Montesinos, O.P. (1511-2011): «Sermão», in *Um grito profético provocado por uma convicção de fé. Província Portuguesa da Ordem dos Pregadores*, Lisboa, 2011.

António do Rosário (de Sousa Carvalho, O.P.), «Primórdios Dominicanos em Portugal. Notas para o estudo da excelsa figura portuguesa de D. Fr. Sueiro Gomes, O.P. (1217-1233)», *Separata de Bracara Augusta*, Vol. XVIII-XIX, n° 41-42 (53-54).

Bento Domingues, *Família Dominicana: Família de um só ou de vários carismas*, in *Actas do II Congresso Nacional da Família Dominicana*, 1982.

Bento Domingues, *O Percurso da Palavra viva e livre da Ordem dos Pregadores*, Curso no Ramalhão, s/data.

Diane du Christ, o.p., «Les Prêcheresses a côté des Prêcheurs» (1206-1953), in *Mémoire Dominicaine*, n° 16, Cerf. Paris, 2002, pp.55-71.

Gaspar da Cruz, *Tratado das Coisas da China*, Biblioteca Editores Independentes, Lisboa, 2010.

Guy Bedouelle, *Dominique ou la grâce de la Parole*, Fayard-Mame, Paris, 1982.

Guy Bedouelle, *À Imagem de São Domingos*, Musa, São Paulo, 1997.

Humberto de Romans, o.p., *A Pregação*, Edição/reimpressão, Tenacitas, 2012. (Cf. também *La Formacion de los Predicadores*, Biblioteca Dominicana, n° 19, Santafé de Bogotá, 1991).

Humberto de Romans, o.p., *Ao Capitulo Geral do ano 1255 em Milão*, sobre O ministério dos pregadores (trad. de Alberto Vieira).

Jordão da Saxônia, *Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum*, trad.: Opúsculo sobre as origens da Ordem dos Pregadores, Secretariado Provincial dos Dominicanos, Fátima.

Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, 2 vols., Lello & Irmão, Ed., Porto, 1977.

M.-D. Chenu, «Profanidad del mundo – Sacramentalidad del mundo. Santo Tomás de Aquino y San Buenaventura», in *Ciencia Tomista*, Tomo CI (Abril-Setembro 1974), n° 327-328, pp.183-189.

M.- Vicaire, *Histoire de Saint Dominique*, 2 Vol., Cerf, Paris, 1957.

Mémoire dominicaine, Cerf : além dos 9 números das séries temáticas, já conta com 29 números monográficos. Absolutamente indispensável. Seria preciso referir a bibliografia da Pregação na tradição dominicana, noutras línguas, nomeadamente, inglesa e espanhola.

Raymond Creytens, *Le «Testament de Saint Dominique» dans la littérature ancienne et moderne*, in «*Archivium Fratrum Praedicatorum*», XLIII (1973) 29-72.

Simon Tugwel, op, *La voie du prêcheur*, (trad. do inglês), Longman & Todd, Ltd., Darton, 1986.

VV.AA., «*Le chemin d'un rêve saint Dominique et son Ordre*», in *La Vie Spirituelle*, Janeiro.-Fevereiro.1985, n° 663.

VV.AA, *S. Domingos e a Ordem dos Pregadores*, Ed. da Família Dominicana.

W. A. Hinnebusch, op, *Breve História da Ordem dos Pregadores*, Figueirinhas / Secretariado da Família Dominicana, Porto, 1984.